

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 23 / 2017

14 de novembro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 14 de novembro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

Página

CÂMARA MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, realizada em 30 de outubro de 2017
Quadrinénio 2017/201

Caráter Público da presente Reunião	7
Delegação de Competências da Câmara Municipal de Odivelas no seu Presidente	7
Fixação do Número de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro na Câmara Municipal de Odivelas	13
Representantes da Câmara Municipal de Odivelas para movimentação das contas bancárias do Município de Odivelas	14
Representante da Fazenda Pública junto dos Juízos do Tribunal Tributário de Lisboa	14
Representante da Câmara Municipal de Odivelas no Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR)	15
Desagendamento da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, marcada para o dia 18 de outubro de 2017	16
Calendarização das reuniões do Executivo da Câmara Municipal de Odivelas para os meses de Novembro e de Dezembro de 2017	16
16.ª Alteração Orçamental de 2017, 19.ª Modificação Orçamental	16
SIMAR de Loures e Odivelas - Adenda aos contratos a celebrar com as empresas Valorsul, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Lote 1) e Dourogás Natural, Mediação e Exploração de Sistemas de Gás, S.A. (Lote 2)	17
Protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões, para o fornecimento de material de rega	17
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moinho do Baeta, para os lotes 145 e 150, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	18
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moinho do Baeta, para os lotes 182 e 183, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	19
Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas, para o lote 84, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	19
Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas, para os lotes 228 e 232, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	19
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 206, da Rua Natália Correia, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	20
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 582, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	20

UNIDADES ORGÂNICAS

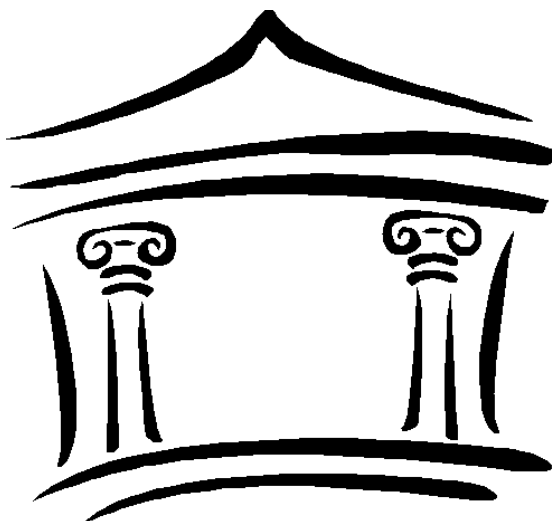
DESPACHOS

Presidência	20
Vereação	28
Outros Despachos	40

DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	47
-------------------------------	----



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

QUADRIÊNIO 2017/2021

Realizada em 30 de outubro de 2017

DELIBERAÇÕES

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas colocou para deliberação do Executivo que a presente reunião de câmara passasse a ter caráter público.

(Aprovado por unanimidade)

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DE CÂMARA

Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente de Câmara, nos termos do documento anexo à Proposta n.º 6/PRES/2017, de 2017.10.21.

PROPOSTA N.º 6/PRES/2017

Assunto: Delegação de Competências da Câmara Municipal no seu Presidente

Considerando que:

- A instalação da Câmara Municipal, referente ao quadriénio 2017/2021, ocorreu em 25 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;
- A eficácia da gestão diária das atribuições municipais aconselha a que a Câmara Municipal delegue no seu Presidente um conjunto de competências, com a

possibilidade de este vir a subdelegá-las nos Senhores Vereadores e nos Dirigentes Municipais;

- A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, a qual, destina-se a conferir maior celeridade e eficácia aos atos de gestão praticados nesse âmbito, sem prejuízo de reservar para o órgão Executivo a tomada de medidas de fundo e os atos de gestão do Município com maior relevância para o Concelho e para os cidadãos que nele residam e trabalhem;

- O n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), prevê a possibilidade de delegação das competências da Câmara Municipal no seu Presidente, e subsequentemente deste nos Vereadores, com as exceções referidas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do artigo 39.º, regime este que é complementado pelos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Nestes termos, proponho que:

- A Câmara Municipal de Odivelas delibere, ao abrigo do n.º 1 do artigo 34.º do anexo I ao RJAL, conjugado com os artigos 44.º, 46.º e 47.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, aprovar o documento anexo que consubstancia a Delegação de Competências da Câmara Municipal no seu Presidente, com a faculdade de subdelegação;

- A delegação de competências, ora proposta, caso mereça aprovação por parte deste Executivo, seja publicada no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, conforme se estatui no artigo 56.º do anexo I ao RJAL, conjugado com o n.º 2 do artigo 47.º do Código de Procedimento Administrativo.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DE CÂMARA

A Câmara Municipal de Odivelas na 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada em 30 de outubro, delibera ao abrigo do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I do RJAL, delegar no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação, as seguintes competências:



I

1. Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
2. Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
3. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG;
4. Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;
5. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos no RJAL;
6. Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do Município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
7. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central;
8. Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
9. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da Administração Central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de Regulamento Municipal;
10. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
11. Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
12. Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
13. Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
14. Alienar bens móveis;
15. Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
16. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob Administração Municipal;
17. Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
18. Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
19. Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
20. Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
21. Declarar prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
22. Participar em órgãos de gestão de entidades da Administração Central;
23. Designar os representantes do Município nos conselhos locais;
24. Participar em órgãos consultivos de entidades da Administração Central;
25. Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
26. Administrar o domínio público municipal;
27. Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
28. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
29. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
30. Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município;



31. Enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município;
32. Decidir, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
33. Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
34. Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do Município;
35. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;
36. Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;
37. Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

II

No âmbito de legislação diversa:

1. Os poderes conferidos pelos artigos 1.º e 3.º do **Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na sua redação atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem;
2. As competências previstas nos n.ºs 2 e 5 do artigo 1.º, no n.º 2 do artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 7.º da **Lei n.º 97/88, de 17 de agosto**, na sua redação atual, que aprova afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;
3. Os poderes conferidos pelos artigos 4.º, 5.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 17.º, 18.º, 19.º, 22.º e 24.º do **Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio**, que aprova o Regime Jurídico do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, na redação atual, relativo à demolição de barracas, registo e realojamento;
4. As competências previstas no artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 6.º da **Lei n.º 92/95, de 12 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais;
5. A competência prevista no artigo 3.º do **Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio**, na sua redação atual, quanto ao regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, para restringir os seus períodos de funcionamento;
6. As competências previstas no n.º 1 do artigo 12.º, no n.º 1 do artigo 13.º, no n.º 1 do artigo 14.º, no n.º 2 do artigo 22.º, no artigo 25.º, na primeira parte do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 27.º, e n.º 1 do artigo 36.º-A do **Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;
7. As competências previstas no n.º 6 do artigo 3.º-G, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º, na alínea a) do n.º 3 do artigo 35.º e no artigo 66.º do **Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro**, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais de companhia;
8. As competências previstas no n.º 1 do artigo 5.º, no n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 2 do artigo 8.º, no n.º 2 do artigo 9.º, no n.º 3 do artigo 10.º, nos n.ºs 1, 2 e 9 do artigo 12.º, nos n.ºs 1, 3, e 5 do artigo 13.º, no n.º 3 do artigo 14.º, no n.º 4 do artigo 15.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º, no artigo 23.º, no artigo 24.º, no n.º 1 do artigo 25.º, primeira parte do artigo 27.º, no n.º 1 do artigo 30.º, no artigo 31.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 33.º do **Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;
9. As competências previstas no n.º 2 do artigo 11.º e no n.º 1 do artigo 23.º do **Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos;
10. As competências previstas no n.º 1 do artigo 18.º, no artigo 27.º, no n.º 2 do artigo 39.º, no n.º 1 do artigo 50.º, no artigo 51.º e no n.º 1 do artigo 52.º do **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;
11. As competências previstas no artigo 7.º, no n.º 6 do artigo 8.º, no n.º 4 do artigo 9.º, no artigo 11.º e artigo 26.º do **Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**, na sua redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
12. A competência prevista no n.º 4 do artigo 21.º e alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da **Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro**, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
13. As competências previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º da **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro**, relativa à lei da água;
14. As competências previstas no n.º 4 do artigo 10.º, nos artigos 14.º, 15.º, 16.º, 21.º, 24.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo



27.º, no n.º 2 do artigo 29.º, no artigo 37.º, no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 40.º do **Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho**, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, na redação atual;

15. A competência prevista na alínea a) n.º 1 do artigo 4.º e todas as competências com ela conexonada, do **Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**, na redação atual, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente;

16. A competência previstas no artigo 41.º-B, no n.º 1 do artigo 51.º, no artigo 66.º, no artigo 68.º e n.º 1 do artigo 70.º do **Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;

17. As competências previstas no n.º 2 do artigo 5.º, artigos 7.º e 12.º, no n.º 1 do artigo 15.º, no artigo 26.º, no artigo 27.º, no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;

18. A competência prevista nos artigos 17.º e 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º, do **Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD);

19. As competências previstas na alínea c) do artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 45.º do **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;

20. As competências previstas no n.º 3 do artigo 9.º, no n.º 1 do artigo 10.º, no n.º 1 do artigo 11.º, na alínea e) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 12.º, no n.º 2 do artigo 17.º, na alínea b) do n.º 2 e n.º 4 do artigo 18.º, no n.º 3 do artigo 19.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 21.º, nos n.ºs 1, 3, 4, 5 e 6 do artigo 22.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 23.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 24.º, no n.º 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 27.º, nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º, no n.º 3 do artigo 31.º, no n.º 2 do artigo 32.º, no n.º 3 do artigo 33.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 37.º, no n.º 4 do artigo 38.º, no n.º 2 do artigo 39.º, no n.º 1 do artigo 42.º, no n.º 2 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 45.º, no n.º 1 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 48.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 49.º, no n.º 2 do artigo 51.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º, no artigo 54.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 56.º, no artigo 59.º, no n.º 2 do artigo 60.º, no n.º 2 do artigo 62.º, nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 66.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 68.º, no n.º 4 do artigo 70.º, no n.º 5 do artigo 71.º, nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 73.º, no artigo 74.º, no n.º 2 do artigo 75.º e artigo 77.º do **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial – REAI, nos casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora, disposições aplicáveis por força da norma transitória contida no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março, que

aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), bem como as competências previstas na alínea b) do n.º 2 e 3 do artigo 17.º, no n.º 13 do artigo 25.º, no n.º 12 do artigo 29.º, no n.º 12 do artigo 32.º, no n.º 2 do artigo 49.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do SIR, e ainda, nos demais casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora no âmbito do SIR, quando aplicável o regime anteriormente vigente;

21. As competências previstas no n.º 2 do artigo 30.º, no n.º 2 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 34.º do **Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio**, na sua redação atual, que estabelece o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;

22. As competências previstas no artigo 3.º do **Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**, que estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados;

23. As competências previstas no n.º 9 do artigo 12.º, nos artigos 15.º, 25.º, 26.º e no n.º 4 do artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

24. As competências previstas no n.º 1 do artigo 3.º, e primeira parte do n.º 1 do artigo 8.º, da **Lei n.º 61/2013 de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;

25. As competências previstas na alínea a) do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro**, o qual estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

26. As competências previstas no artigo 5.º, no artigo 8.º, no artigo 9.º e no n.º 1 do artigo 146.º do **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;

27. As competências previstas no n.º 1 do artigo 21.º e n.º 2 do artigo 37.º, conjugado com o disposto no artigo 40.º da **Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;



28. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista na legislação em vigor;

29. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

III

Em matéria de despesa, contratação pública e em matéria fiscal:

1. Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 29.º do **Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho**, e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado sob o anexo I do **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua atual redação, autorizar despesas com a locação e aquisição de bens móveis e serviços, até ao valor de € 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco centimos), bem como a delegação de todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos;

2. Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 29.º do **Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho**, e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado sob o anexo I do **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua atual redação, autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, até ao valor € 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco centimos), bem como a delegação de todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos;

3. Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado sob o anexo I do **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua atual redação, nas despesas com a locação e aquisição de bens móveis e serviços e com empreitadas de obras públicas de valor superior a € 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco centimos), com exceção da autorização de despesa inerente aos contratos a celebrar, todas as demais competências do órgão competente para a decisão de contratar atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos;

4. Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 29.º do **Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho**, e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado sob o anexo I do **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua atual redação, no âmbito das concessões de obras públicas e de serviços públicos e independentemente do valor inerente aos contratos a celebrar, com exceção da autorização de despesa, todas as demais competências do órgão competente para a decisão

de contratar atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos, sem possibilidade de subdelegação;

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos dos artigos 267.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, bem como, em sede de execução dos contratos públicos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante incluindo no que diz respeito a contratos sem valor, e ainda no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa;

6. As competências previstas no âmbito da **Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro** (Regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais) e demais legislação conexa, a fim de cobrar coercivamente os créditos da autarquia;

7. As competências conferidas pelas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 10.º, n.º 3 do artigo 87.º, n.º 4 do artigo 189.º e artigo 202.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, na redação atual;

8. A competência prevista no n.º 1 do artigo 158.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo aos pagamentos em prestações.

IV

Em matéria de ordenamento e urbanismo:

1. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, no n.º 9 do artigo 6.º e no n.º 2 e 4 do artigo 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

2. As competências previstas no n.º 12 do artigo 13.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 14.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 16.º, no n.º 3 do artigo 20.º, no artigo 21.º, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 23.º, alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 6 e 8 do artigo 27.º, e no n.º 8 do artigo 35.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

3. As competências previstas no n.º 3 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 48.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º, no n.º 7 do artigo 53.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 54.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º, no n.º 1 do artigo 58.º, no n.º 1 do artigo 59.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º, e n.º 3 do artigo 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

4. As competências previstas no n.º 5 do artigo 71.º, no n.º 2 do artigo 73.º, no n.º 2 do artigo 74.º, no n.º 2 do



artigo 78.º e no n.º 4 do artigo 79.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

5. As competências previstas nos n.ºs 1, 3, e 4 do artigo 84.º, no n.º 9 do artigo 85.º, no n.º 2 do artigo 86.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 87.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

6. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, no n.º 1 do artigo 90.º, no n.º 1 do artigo 91.º, no n.º 1 do artigo 92.º, no n.º 5 do artigo 94.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

7. As competências previstas no artigo 102.º, nos n.ºs 1, 3, 6, 8 e 9 do artigo 102.º-A, no n.º 3 do artigo 105.º, no n.º 2 do artigo 108.º, e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 109.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual, no que concerne às medidas de tutela da legalidade urbanística;

8. As competências previstas nos n.ºs 1 e 5 do artigo 110.º, e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 113.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

9. Autorizar o pagamento fracionado de taxas cujo montante global não exceda o valor de € 300.000, ao abrigo dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 117.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

10. As competências previstas no artigo 119.º, no n.º 1 do artigo 120.º, e no n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, na redação atual;

11. Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de agosto de 1951**, na redação atual;

12. As competências previstas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, constante do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, no âmbito dos procedimentos de controlo prévio previstos no RJUE e que, por esta via, são objeto de delegação, assim como impor a obrigação de reabilitar ou de demolir edifícios e executar coercivamente estas obras ao abrigo dos artigos 55.º e 57.º do referido Regime;

13. As competências previstas nos n.ºs 3 e 5 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 17.º, na alínea b) do n.º 6 do artigo 34.º, no n.º 1 do artigo 36.º, no n.º 4 do artigo 37.º, no artigo 55.º, no artigo 57.º, na alínea b) do n.º 3 do artigo

61.º, no n.º 1 do artigo 75.º e no artigo 79.º ainda do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da reabilitação urbana;

14. As competências previstas na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual, diploma sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, para:

a) Nos termos do artigo 19.º, em sede de apreciação liminar, solicitar outras informações ou elementos imprescindíveis ao conhecimento do pedido de loteamento ou do pedido de aprovação dos projetos de obras de urbanização;

b) Nos termos do artigo 20.º promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir parecer, autorização ou aprovação para o licenciamento da operação de loteamento ou obras de urbanização;

c) Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º proceder à realização de vistoria com a finalidade de verificar a conformidade da planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, com a realidade existente na AUGI;

d) Nos termos do n.º 3 do artigo 22.º designar a comissão especial que realizará a vistoria;

e) Nos termos do artigo 23.º notificar o dono da obra que não se encontre em conformidade com a planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, para proceder à reposição da situação anterior;

f) Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º deliberar sobre o pedido de licenciamento da operação de loteamento;

g) Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º indeferir a pretensão nos termos previstos nas alíneas a), b) e c);

h) Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º incorporar na deliberação a identificação das situações previstas nas alíneas a), b) e c);

i) Nos termos do n.º 4 do artigo 24.º a não aplicação da moratória fixada na alínea a) do n.º 3, nos casos em que a Câmara reconheça a necessidade de demolição urgente;

j) Nos termos do artigo 28.º tornar pública a deliberação de aprovação do projeto de loteamento, por edital;

k) Nos termos do artigo 29.º para emissão do alvará de loteamento, contendo as especificações previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e ainda os elementos constantes das alíneas a), b) e c) do referido preceito;

l) Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º legalizar condicionadamente a realização de obras particulares



conformes com o projeto de loteamento aprovado, desde que as comparticipações imputáveis à parcela se achem integralmente satisfeitas e seja observado o disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 7.º;

15. As competências previstas nos artigos 34.º, 35.º, 38.º, 50.º, 54.º e 57.º ainda da **Lei n.º 91/95, de 2 de setembro**, na redação atual;

16. A competência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, na redação atual, quanto à sinalização das vias públicas;

17. A competência prevista no artigo 4.º do **Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto**, que aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto;

18. A competência prevista no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 6.º, na alínea c) do artigo 12.º, na alínea c) do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 22.º do **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais;

19. As competências previstas no n.º 2 do artigo 10.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 13.º, no artigo 15.º, na alínea b) do n.º 4 do artigo 26.º, no n.º 4 do artigo 27.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no n.º 3 do artigo 31.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

20. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 126.º do **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto**, na sua redação atual, que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

V

No âmbito contraordenacional - Regulamentos Municipais:

1. A competência prevista na primeira parte do n.º 3 no artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Espaços Verdes, Parques e Jardins, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8, de 4 de maio de 2010;

2. A competência prevista na primeira parte do n.º 6 no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril, que regula o regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, ex vi artigo 38.º do Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento Subterrâneo Egas Moniz, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13, de 13 de julho de 2010;

3. A competência prevista na primeira parte do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 12 de agosto, na redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi, ex vi artigo 36.º do Regulamento Municipal para a Atividade do Transporte em Táxi, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4, de 8 de março de 2005.

A delegação de competências agora efetuada bem como as eventuais subdelegações dela decorrentes poderão ser revogadas, total ou parcialmente, desde que as circunstâncias o justifiquem e os superiores interesses Municipais o aconselhem.

Nas mesmas circunstâncias, e pelos mesmos motivos, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo delegado, bem como poderá ser deliberada a avocação de processo ou assunto.

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

(Aprovado por maioria)

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES A TEMPO INTEIRO/OU A TEMPO PARCIAL

Fixação em número de 5 (cinco) Vereadores em Regime de Tempo Inteiro, na Câmara Municipal de Odivelas, nos termos da Proposta n.º 7/PRES/2017, de 2017.10.26.

PROPOSTA N.º 7/PRES/2017

Assunto: Fixação do número de Vereadores – Tempo Inteiro e/ou Tempo Parcial

Na sequência das eleições autárquicas, de 1 de outubro de 2017, importa fixar o número de Vereadores da Câmara Municipal de Odivelas, em regime de tempo inteiro e em regime de meio tempo.

Assim, nos termos do artigo 58º, n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho que a Câmara Municipal delibere fixar em 5 (cinco) o número de Vereadores em regime de tempo inteiro.



Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por maioria)

MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

TITULARES E MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do *Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais* introduzido pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e nos termos do artigo 11.º n.ºs 1 e 2 (abertura e Movimento de Contas Bancárias) da *Norma de Controlo Interno* do Município de Odivelas, e de acordo com o constante na informação n.º Interno/2017/12292, de 2017.10.24, é proposto:

1. Que os nomes dos representantes da Câmara Municipal de Odivelas, para a movimentação das contas bancárias, sejam os seguintes:

- Hugo Manuel dos Santos Martins (Presidente da Câmara Municipal)
- Ana Maria Calhau Rosado Ribeiro (Tesoureira Municipal);

2. Que em caso de impedimento do Senhor Presidente da Câmara possam ser utilizadas as assinaturas do Senhor Vereador Edgar Luís Simões Valles ou da Senhora Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, e em caso de impedimento da Tesoureira Municipal a sua substituta legal Isabel Maria Ventura Gomes Delgado, ou a Técnica Superior Helena Isabel Caldinhas Simões, possam movimentar/autorizar as contas bancárias tituladas pela Câmara Municipal de Odivelas.

Na presente data o Município de Odivelas é titular das seguintes contas bancárias:

- Caixa Geral de Depósitos:
- Conta n.º 0545051280230;
- Conta n.º 0545058089130;
- Conta n.º 0545059386130;
- Conta n.º 0545062553430;

- Millennium BCP:

- Conta n.º 45450425925.

- Banco Português Investimento:

- Conta n.º 7-2096329001001.

- Santander Totta:

- Conta n.º 41368861001.

- Millennium BCP: Aplicação Financeira:

- Conta n.º 2943257712.

(Aprovado por maioria)

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA

NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA

Nomeação da Dra. Ana Cristina das Neves Mousinho, como Representante da Fazenda Pública junto dos Juízos do Tribunal Tributário de Lisboa, nos processos em que se encontrem em causa receitas fiscais liquidadas e cobradas pela Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do n.º 3, do art.º 54º, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e 7º, n.º 3 do Código do Processo e do Procedimento Tributário, de acordo com a Proposta N.º 8/PRES/2017, de 2017.10.26.

PROPOSTA N.º 8/PRES/2017

Assunto: Nomeação do representante da Fazenda Pública

Considerando que:

- A Administração, nos Tribunais Tributários, é representada pelo Representante da Fazenda Pública, sendo que, nas questões em que se encontrem em causa receitas fiscais liquidadas e cobradas pelas autarquias locais, a sua designação pode recair sobre licenciado em Direito, nos termos do n.º 3, do artigo 54º, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, designado pela Câmara Municipal interessada;
- Nos termos do artigo 15º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, cabe ao Representante da Fazenda Pública representar a administração tributária no processo judicial tributário e no processo de execução fiscal, recorrer e intervir em patrocínio da Fazenda Pública, promover o rápido andamento dos processos, podendo requisitar às repartições públicas os elementos de que



necessitar e solicitar, nos termos da Lei, aos serviços de administração tributária as diligências necessárias;

- Que o n.º 3 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação, prevê que as competências atribuídas por Lei ao Representante da Fazenda Pública, serão exercidas nos termos da Lei por licenciado em Direito desempenhando funções de mero apoio jurídico;

- A Dra. Ana Cristina da Neves Mousinho, reúne qualidades profissionais e conhecimentos no domínio do contencioso tributário, reunindo, portanto a aptidão técnica necessárias ao desempenho das funções de Representante da Fazenda Pública.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- A nomeação da Dra. Ana Cristina das Neves Mousinho, como Representante da Fazenda Pública junto dos Juízos do Tribunal Tributário de Lisboa, nos processos em que se encontrem em causa receitas fiscais liquidadas e cobradas pela Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do n.º 3, do art.º 54º, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e 7º n.º 3 do Código do Processo e do Procedimento Tributário.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por maioria)

**REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR**

**NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR**

Nomeação da Senhora Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho para o exercício da função de Vogal no Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), nos termos da Proposta n.º 10/PRES/2017, de 2017.10.26.

PROPOSTA N.º 10 /PRES/2017

Assunto: Proposta de nomeação do representante da Câmara Municipal de Odivelas no Conselho de Administração dos SIMAR.

Considerando que:

a) Os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), foram constituídos, através de deliberação dos respetivos Órgãos Municipais de Loures e Odivelas, em 30 de setembro de 2014, tendo o respetivo Regulamento de Organização sido aprovado, em conformidade com o artigo 25º, n.º 1 alíneas m) e n), do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 8º n.º 5, da lei n.º 50/2012, de 31/08, alterada pela lei 53/2014, de 25/08;

b) De acordo com as disposições previstas no Capítulo II, da lei 50/2012, de 31/08, na sua atual redação e no Regulamento de Organização dos SIMAR, estes serviços são geridos por um Conselho de Administração, o qual integra um Presidente e dois Vogais, um a nomear por cada Câmara Municipal, de entre os seus membros;

c) O Conselho de Administração dos SIMAR é presidido alternadamente por um representante da Câmara Municipal de Loures e da Câmara Municipal de Odivelas, por um período correspondente a metade do prazo de mandato dos respetivos Órgãos Autárquicos;

d) Tiveram lugar no pretérito dia 1 de outubro, as eleições para os Órgãos Autárquicos, para o quadriénio de 2017/2021, pelo que é necessário proceder-se à constituição do Conselho de Administração dos SIMAR, sendo que a Presidência do referido Conselho será da responsabilidade do Município de Loures, devendo o Município de Odivelas nomear o seu representante, que exercerá as funções de vogal.

Nestes termos tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Odivelas, que delibere ao abrigo do artigo 12º, n.º 2, da lei 50/2012, de 31/08, alterada pela lei n.º 53/2014, de 25/08, nomear para o exercício da função de vogal no Conselho de Administração dos SIMAR de Loures e Odivelas, a Sr.ª Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por maioria)



DESAGENDAMENTO DE REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

DESAGENDAMENTO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA O DIA 18 DE OUTUBRO DE 2017 RATIFICAÇÃO

Ratificação do desagendamento da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas, marcada para o dia 18 de outubro de 2017, nos termos da Proposta n.º 32/PRES/2017, de 2017.10.12.

DESPACHO N.º 32/PRES/2017

Assunto: Desagendamento da Reunião Ordinária da Câmara Municipal marcada para o dia 18 de outubro de 2017

Considerando que:

1. Na sequência dos resultados das últimas eleições autárquicas, que tiveram lugar no passado dia 1 de outubro, os membros eleitos para o próximo mandato autárquico tomarão posse em cerimónia marcada para o próximo dia 19 de outubro;

2. Encontra-se agendada uma reunião ordinária da Câmara Municipal para o dia 18 de outubro de 2017, véspera da tomada de posse do novo Executivo, e sabendo, desde já, que não há questões urgentes para submeter a deliberação;

3. Foram auscultados todos os Vereadores em funções, que concordaram com a presente proposta.

Determino o desagendamento da reunião ordinária da Câmara Municipal marcada para o próximo dia 18 de outubro de 2017.

Odiveelas, 12 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

À SAOM,
para incluir na OT da próxima RC a ratificação deste meu despacho.

(Aprovado por unanimidade)

REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

CALENDARIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DESAGENDAMENTO DA REUNIÃO ORDINÁRIA MARCADA PARA O DIA 2 DE NOVEMBRO DE 2017

Na sequência das eleições realizadas no passado dia 1 de outubro de 2017, e com o início de funções do novo executivo Municipal, importa ratificar a Calendarização das reuniões do Executivo da Câmara Municipal de Odiveelas para os meses de Novembro e de Dezembro de 2017, conforme a deliberação tomada na 24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada a 14 de Dezembro de 2016, nos termos propostos na informação n.º Interno/2017/12249, de 2017.10.23:

Novembro:

Dia 15 – 09h30 - Reunião Pública;

Dia 29 – 09h30 - Reunião Pública.

Dezembro:

Dia 13 – 09h30 – Reunião Pública;

Dia 27 – 09h30 – Reunião Pública.

Considerando a realização da reunião extraordinária de 30 de outubro é proposto o desagendamento da reunião agendada para o dia 2 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)

ORÇAMENTO

19.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 2017 16.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017

16.ª Alteração Orçamental de 2017, 19.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º interno/2017/12295, de 2017.10.24, e que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“16.ª Alteração Orçamenta

A 16.ª Alteração Orçamental de 2017 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.



- No Departamento de Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial:

- Na rubrica “Encargos com a saúde”, o valor de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros);
- O valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), referente a “Indemnizações por Cessação de Funções”.

- No Departamento Obras Municipais, Habitação e Transportes:

- O valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), referente ao projeto “Construção da Unidade de Saúde de Odivelas”.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 169.791,92 € (cento e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e um euros e noventa e dois cêntimos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 25.397,44 Euros (vinte e cinco mil trezentos e noventa e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

	Inscrições / Reforços	Diminuição / Anulações
Total de Despesas Correntes	121.039,86	95.642,42
Total de Despesas Capital	48.752,06	74.149,50
Total Geral	169.791,92	169.791,92

(un: euros)”

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PROPOSTA DE ADENDA AO CONTRATO DO PROCESSO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 3/2017, “FORNECIMENTO CONTINUADO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO PROCESSO 21/DM/2017

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, na sua 75.ª reunião ordinária, realizada em 6 de outubro de 2017 e conforme consta da proposta 340/2017, remetida através do ofício S/25296/2017, de 2017.10.10, à Câmara Municipal de Odivelas para apreciação e decisão sobre a Adenda aos contratos a celebrar com as empresas Valorsul, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Lote 1) e Dourogás Natural, Mediação e Exploração de Sistemas de Gás, S.A. (Lote 2), e de acordo com o proposto na Informação dos serviços da Câmara

Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2017/12247, de 2017.10.23, é proposto que a Cláusula Terceira dos contratos, celebrados com as entidades mencionadas, passe a ter a seguinte redação:

“Cláusula Terceira

1. O presente contrato produzirá efeitos após a obtenção de Visto do Tribunal de Contas e no dia imediato ao pagamento, pelo adjudicatário, dos respetivos emolumentos.

2. O contrato terá a duração de 12 meses podendo ser prorrogado, temporalmente, até 31 de dezembro do último ano respeitante à vigência do contrato ou repartição de encargos, observando-se o limite financeiro de 347.000,00€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, podendo a sua duração ser inferior, caso o preço contratual seja atingido.

3. Caso um dos outorgantes não queira prorrogar o contrato, comunicará com a antecedência mínima de sessenta dias.”

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO

PROTOCOLO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE REGA À JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões, para o fornecimento de material de rega à Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões para a reconversão de sistemas de rega manuais em sistema de rega automáticos em diversos espaços verdes existentes na referida União de Freguesias, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/11159, de 2017.09.21.

“MINUTA

PROTOCOLO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE REGA À JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PARA A RECONVERSÃO DE SISTEMAS DE REGA MANUAIS EM SISTEMAS DE REGA AUTOMÁTICOS EM DIVERSOS ESPAÇOS VERDES EXISTENTES NA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS

Entre:

O MUNICIPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e



A JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES, pessoa coletiva de direito público n.º 510 838 880, com sede na Av. 25 de Abril, n.º 22 A, na Pontinha, neste ato representado pelo Sra. Presidente da Junta da União de Freguesias, Senhora Dra. Corália Viçoso da Conceição Afonso Rodrigues,

é celebrado o presente Protocolo para a Reconversão de sistemas de rega manuais em sistemas de rega automáticos em diversos espaços verdes existentes na Junta da União de Freguesia de Pontinha e Famões, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Município de Odivelas, obriga-se a fornecer todo o material de rega necessário para a automatização dos sistemas de rega manuais situados nos seguintes espaços verdes: Espaço Verde da Rotunda do Vale Pequeno/Pontinha, Espaço Verde da Praça S. João/Pontinha, Espaço Verde da Rua do Viriato/Pontinha, Espaço Verde da Rua Almeida Garrett com a Rua Vale Pequeno/Pontinha, Espaço Verde da Rua das Oliveiras/Pontinha, Espaço Verde da Rua Almeida Garrett/Pontinha, Espaço Verde da Rua da Liberdade à Rua Cidade de Loures/Pontinha, Espaço Verde da Rua dos Choupas/Famões, Espaço Verde da Rotunda Sol Nascente/Famões, Espaço Verde do Parque da Quinta das Pretas/Rua Rainha Santa Isabel/Famões, Espaço Verde do Parque Infantil da Encosta do Mourigo/Famões, Espaço Verde da Rua do Olival/Famões, Espaço Verde do Parque Infantil do B.º Novo do Trigache/Famões, Espaço Verde da Rua José António de Carvalho/Famões, Espaço Verde do Jardim da Igreja da Nossa Senhora do Rosário/Famões, Espaço Verde da Rua Florbela Espanca/Famões, Espaço Verde da Rua Cidade Caldas da Rainha/Famões.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões, obriga-se a instalar o respetivo material e a realizar todos os trabalhos necessários para a eficaz reconversão de sistemas de rega manuais em sistemas de rega automáticos.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões, obriga-se a proceder à execução de todos os atravessamentos nos pavimentos assim como a ligação da rede de rega aos ramais de água para a eficaz instalação dos sistemas de rega automáticos em causa.

CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões, obriga-se a permitir que esta instalação seja fiscalizada pelos técnicos municipais com o objetivo de verificação da sua conformidade.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Protocolo extingue-se com o cumprimento do seu objeto, a partir do qual a responsabilidade dos sistemas ficará a cargo da Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões.

Odivelas, ____ de _____ de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Pontinha e Famões”

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/92 BAIRRO MOINHO DO BAETA, LOTES 145 E 150 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 4690/RC

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moinho do Baeta, para os lotes 145 e 150, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de José Francisco Serra e Outros. A alteração ao alvará de loteamento tem como objetivo aumentar as áreas de ocupação, construção e dos pisos em ambos os lotes, alteração dos polígonos de implantação, aumento dos fogos e alteração dos usos no lote 145, com vista à legalização das edificações existentes, de acordo com o proposto na informação de 2017.09.25 constante a folhas 2611 do processo, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 23.826,84€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (155,91m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos as seguintes alterações:



Em vigor								
Lote	Áreas						Fogos	Pisos
	Lote	Implant	Construção					
			Hab.	Com.	Serv.	Arm.		
145	369,00	120,00	240,00	0	0	0	1	2
150	321,00	192,60	353,10	0	0	0	2	2
Dif.								

Proposta de alteração								
Lote	Áreas						Fogos	Pisos
	Lote	Implant.	Construção					
			Hab.	Com.	Serv.	Arm.		
145	369,00	300,00	460,00	60,00	72,00	102,00	5	3
150	319,00	234,00	424,00	0	0	0	2	2+S
Dif.	-2,00	+221,40	+290,90	+60,00	+72,00	+102,00	+4	

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/92
BAIRRO MOINHO DO BAETA, LOTES 182 E 183
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 4690/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moimho do Baeta, para os lotes 182 e 183, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de António Nazaré Pimenta e Manuel Francisco Nunes. A alteração tem como objetivo alterar as áreas e limites tardo dos lotes e alterações do polígono de implantação das construções com vista à legalização das edificações existentes, nos termos constantes da informação técnica n.º 107/MS/DGOU/DRRU/17, de 2017.09.22, e de acordo com o proposto na informação n.º 4690/RC de 2017.09.25, constante a folhas 2609 do processo.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos as seguintes alterações:

Lote	Em vigor			
	A. Lote	A.C.Hab.	Ocup.	Const.
182	150,00	165,00	90,00	165,00
183	227,50	250,25	136,50	250,25
Diferença				

Lote	Proposta de alteração			
	A. Lote	A.C.Hab.	Ocup.	Const.
182	189,13	208,04	113,47	208,04
183	192,59	211,85	115,55	211,85
Diferença	+4,22	+4,64	+2,52	4,64

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000
BAIRRO DAS GRANJAS NOVAS, LOTE 84
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas, para o lote 84, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Cremilda Rosa Pinto Patrício e Outros. A alteração tem como objetivo alterar os parâmetros urbanísticos para o lote 84. Aumento do índice de utilização e consequentemente da área de construção prevista para o lote, nos termos constantes da informação técnica n.º 116/MS/DRRU/DGOU/17, de 2017.09.26, e de acordo com o proposto na informação n.º 14102/LO/GI, de 2017.09.25, constante a folhas 4370 do processo.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos do lote temos as seguintes alterações:

Lote	Área do Lote	Índice de Utilização (construção)	Área de Construção (superfície de pavimento)	N.º máximo de pisos	N.º de Fogos	Utilização (Uso)
Em vigor						
84	411,40	0,4	164,56	2	1	habitação
Diferença						

Lote	Área do Lote	Índice de Utilização (construção)	Área de Construção (superfície de pavimento)	N.º máximo de pisos	N.º de Fogos	Utilização (Uso)
	Proposta de alteração					
84	411,50	0,6	246,9	2	1	habitação
Diferença			+82,34			

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000
BAIRRO DAS GRANJAS NOVAS, LOTES 228 E 232
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas, para os lotes 228 e 232, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de António Ferreira Tavares de Castro. A alteração tem como objetivo alterar os parâmetros urbanísticos para os lotes 228 e 232. Aumento do índice de utilização e consequentemente, das áreas de construção afeta a uso habitacional previstas para os lotes, nos termos constantes da informação técnica n.º 114/MS/DRRU/DGOU/17, de 2017.09.22, e de acordo com o proposto na informação n.º 14102/LO/GI de 2017.09.22, constante a folhas 4357 do processo.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos dos lotes temos as seguintes alterações:



Lote	Área do Lote	Índice de Utilização (construção)	Área de Construção (superfície de pavimento)	N.º máximo de pisos	N.º de Fogos	Utilização (Uso)
Em vigor						
228	404,80	0,4	161,92	2	1	habitação
232	480,00	0,4	192,00	2	1	habitação
Diferença						

Lote	Área do Lote	Índice de Utilização (construção)	Área de Construção (superfície de pavimento)	N.º máximo de pisos	N.º de Fogos	Utilização (Uso)
Proposta de alteração						
228	404,80	0,6	242,88	2	1	habitação
232	480,00	0,6	288,00	2	1	habitação
Diferença			+176,96			

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO MILHARADA LOTE 206
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 3/2006/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 206, da Rua Natália Correia, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 12412 de 2017.09.27, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 969,41 (novecentos e sessenta e nove euros e quarenta e um cêntimos), em nome de Ana Cristina Simões Gonçalves Brito, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 3/2006/DRU, de 19 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 101.2017, de 2017.10.23, e nos termos da informação técnica n.º 121/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.10.16.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 582
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2001/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 582, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10404 de 2017.09.29, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 5.583,19 (cinco mil, quinhentos e oitenta e três euros e dezanove cêntimos), em nome de Paula Sofia Lourenço Pires, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2001/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 100.2017, de 2017.10.23, e nos termos da informação técnica n.º 118/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.10.02

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 49/PRES/2017

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Chefe do Gabinete da Presidência, Angelina Maria Pereira

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com o disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, (abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitos os membros do Governo, aplicável com as devidas adaptações “ex vi” do n.º 5 do artigo 43.º do RJAL delego, pelo presente Despacho, na **Senhora Chefe do meu Gabinete de Apoio Pessoal, Angelina Maria Pereira**, e sem prejuízo das competências inerentes à função, sem possibilidade para subdelegar, as competências abaixo discriminadas:

I

NO ÂMBITO DE ATOS DE ADMINISTRAÇÃO ORDINÁRIA:

1. Proceder à abertura, análise e distribuição de correspondência e demais expediente, dirigido ao Presidente da Câmara, cabendo-lhe promover as diligências ou a prática de quaisquer atos destinados à instrução, pelos serviços municipais competentes, dos procedimentos administrativos a que respeitem;

2. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, com as seguintes exceções:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro - Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da



Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município deva pronunciar-se.

3. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

4. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos, sem prejuízo das salvaguardas estabelecidas por lei;

5. Autorizar o pagamento das taxas de justiça em ações em que o Município seja parte até ao limite de **€ 612,00 (seiscentos e doze euros)**;

6. Praticar de todos os atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória;

7. Solicitar quaisquer informações destinadas a instruir os procedimentos administrativos, com o objetivo de preparar o exercício da minha competência decisória.

II

NO ÂMBITO DE ATOS RELATIVOS À GESTÃO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA E DO RESPECTIVO PESSOAL:

1 Com exceção dos atos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego, as seguintes competências:

a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias;

b) Autorizar ausências ao serviço por pequenos períodos;

c) Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;

d) Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

e) Promover a instauração de processos disciplinares, nos termos legalmente previstos;

f) Emitir parecer sobre requerimentos de mobilidade interna;

g) Promover a autorização do abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções que dê lugar à reversão de vencimento de exercício.

III

NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

1. Os atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência necessários a:

a) Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;

b) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

c) Produzir e difundir informação escrita e audiovisual relativa à atividade dos Órgãos e Serviços Municipais;

d) Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;

e) Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local;

f) Promover a imagem pública dos Serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;

g) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;

h) Organizar as deslocações oficiais do Presidente e Vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;

i) Apoiar a realização de iniciativas promocionais;

j) Assegurar as atividades de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão.



IV

Ao abrigo do disposto no artigo 38.º do RJAL, conjugado com os artigos 44.º e seguintes do CPA, **delego ainda na Senhora Chefe de Gabinete da Presidência, no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa** as competências abaixo discriminadas, nomeadamente para:

a) Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;

b) Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

c) Justificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

d) Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

e) Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

f) Competências genéricas de gestão para a instrução de processos e procedimentos administrativos a cargo do respetivo Gabinete, devendo tomar todas as medidas que visem acelerar a respetiva conclusão e a execução das suas decisões, nelas se incluindo, entre outras, pedidos de parecer a organismos exteriores e a publicação em Edital dos atos administrativos, quando obrigatórios;

g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

h) Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação de bens e serviços até ao limite de € 300,00 (trezentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

i) Autorizar o pagamento das referidas despesas até ao limite de € 300,00 (trezentos euros);

j) Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da delegante;

k) Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;

l) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

m) Produzir e difundir informação escrita e audiovisual, relativa à atividade dos Órgãos e Serviços Municipais;

n) Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;

o) Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local;

p) Promover a imagem pública dos Serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;

q) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;

r) Organizar as deslocações oficiais do Presidente e Vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;

s) Apoiar a realização de iniciativas promocionais;

t) Assegurar as atividades de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão;

u) Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades não essenciais, com redução dos tempos de espera, no âmbito de uma gradual certificação dos serviços municipais, no quadro da CAF;

v) Melhorar as condições físicas dos locais de trabalho;

w) Aumentar a produtividade dos serviços;

x) Informar os munícipes acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;

y) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;

z) Receber e encaminhar sugestões e reclamações para os diversos órgãos e serviços do Município;



aa) Articular com os restantes serviços municipais a informação necessária para uma adequada e célere resolução dos processos em tramitação na Câmara Municipal;

bb) Proporcionar um atendimento permanente e personalizado aos cidadãos, no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais.

V

As competências ora delegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, serem revogados quaisquer atos praticados pela delegada no exercício da presente delegação.

Poderá ainda o delegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, a delegada abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercido das competências delegadas, deverá a delegada prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 50/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Diretor de Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, Eng.º Luís Manuel da Conceição Jorge

Nos termos, do artigo 44.º e seguintes Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em conjugação com os artigos 35.º, 36.º e 37.º, do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 16.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, **delego no Diretor de Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, Eng.º Luís Manuel da Conceição Jorge**, com a faculdade de subdelegar, as competências abaixo discriminadas, no âmbito desta Unidade Orgânica, com

exceção da Divisão de Habitação e da Divisão de Transportes e Oficinas:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;

2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

5. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

6. Colaborar com o Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral nas medidas de gestão patrimonial para a execução de obras municipais, face às necessidades de expropriação de terrenos;

7. Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, a partir do ato de celebração dos respetivos contratos iniciais;

8. Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;

9. Assegurar por administração direta, a conservação e manutenção das instalações e equipamentos municipais, ou sob responsabilidade municipal;

10. Assegurar a gestão dos contratos de manutenção dos diversos equipamentos existentes nas instalações municipais, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, elevadores;

11. Programar e lançar empreitadas necessárias à prossecução dos seus objetivos, fiscalizar as obras e garantir o respetivo controlo de qualidade;



12. Promover a aquisição de materiais equipamentos e ferramentas necessários para o desenvolvimento de trabalhos por Administração Direta;
13. Promover o acompanhamento das ações delegadas nas Juntas de Freguesia;
14. Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas que sejam da sua responsabilidade;
15. Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;
16. Promover a participação nas vistorias de receções provisórias e definitivas de obras de Urbanização;
17. Assegurar a construção, manutenção e conservação da rede viária, nomeadamente: vias, estacionamento, passeios, pontes e caminhos;
18. Assegurar a construção, manutenção e conservação de espaços urbanos;
19. Assegurar a colocação de mobiliário urbano;
20. Emitir pareceres sobre a oportunidade das ligações das urbanizações à rede viária existente;
21. Promover a emissão de pareceres sobre os pedidos de licenciamento apresentados pelos operadores de subsolo em áreas urbanas consolidadas;
22. Assegurar, diretamente ou através de terceiros, os trabalhos relativos a infraestruturas de iluminação pública;
23. Promover a emissão de pareceres sobre os projetos de iluminação pública e decorativa;
24. Assegurar a realização das vistorias às instalações elétricas de iluminação pública;
25. Assegurar o controlo dos trabalhos de iluminação pública realizados pela EDP;
26. Promover a elaboração de estudos e projetos relativos às acessibilidades municipais e intermunicipais, visando o desenvolvimento e consolidação da estrutura viária prevista no Plano Diretor de Acessibilidades Municipais (P.D.A.M./P.D.R.V.M.);
27. Promover a elaboração de estudos e projetos relativos às acessibilidades municipais e intermunicipais, visando o desenvolvimento e consolidação da estrutura viária prevista no Plano Diretor de Acessibilidades Municipais (P.D.A.M./P.D.R.V.M.);
28. Promover a elaboração de planos de circulação de apoio às acessibilidades municipais, às atividades de planeamento do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, com vista à permanente articulação e melhoria das condições de funcionalidade do meio face à dinâmica social económica;
29. Promover a elaboração e implementação de estudos de trânsito e circulação;
30. Promover a realização do estudo, implementação, manutenção e conservação da sinalização semafórica e painéis dinâmicos;
31. Assegurar a conservação e manutenção de sinalização vertical e horizontal;
32. Assegurar a análise e implementação da sinalização necessária ao melhoramento das condições de circulação e estacionamento;
33. Promover a elaboração de estudos e a implementação, manutenção e conservação da sinalização direcional;
34. Assegurar a execução de obras, de forma a criar condições de circulação e utilização dos transportes públicos;
35. Assegurar a cadastração da sinalização;
36. Promover a emissão de parecer e apoiar outros serviços municipais na sinalização e desvios provisórios de trânsito na rede viária municipal, aquando da realização de obras particulares e eventos;
37. Assegurar a aquisição de materiais e ferramentas para obras por administração direta;
38. A competência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do decreto-lei 44/2006, de 23 de fevereiro, para a sinalização de vias municipais;
39. A competência para a realização de audiência prévia nas empreitadas por ajuste direto;
40. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;
41. Autorizar a realização das despesas orçamentadas com empreitadas até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º



162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, nos termos do artigo 109.º, do Código dos Contratos Públicos, publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual; bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e no cumprimento do disposto no artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f), do já referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos;

42. Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, e no cumprimento do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f), do já referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos;

43. Autorizar o pagamento das despesas até ao **limite de € 2.500,00** (dois mil e quinhentos euros), ainda que não tenha sido o agora delegado a autorizá-la.

II

1. O delegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante, o delegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente;

5. Do exercício das competências delegadas, deverá o delegado prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 51/PRES/2017

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, Dr. João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **delego no Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, JOÃO MIGUEL DE MELO SANTOS TABORDA SERRANO**, com possibilidade de subdelegar, as competências abaixo discriminadas no âmbito da **Divisão de Recursos Humanos e Formação**, nomeadamente:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;

2. Autorizar férias dos trabalhadores, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores;

3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no artigo 206.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;



4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar dentro das condições e limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

5. Promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição de documentos aos interessados, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

Mais delego no Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, as competências que a seguir se enunciam no âmbito da Divisão de Recursos Humanos e Formação, para serem exercidas em relação a todas as unidades orgânicas do Município:

7. Propor a verificação domiciliária da doença nos termos do artigo 128.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

8. Solicitar a verificação domiciliária da doença nos termos do artigo 20º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como mandar submeter os trabalhadores a juntas médicas;

9. Praticar atos e formalidade de caráter instrumental necessário ao exercício da competência decisória quanto à gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, designadamente:

a. Elaboração de propostas sobre políticas de pessoal;

b. Elaboração de programas de provas de conhecimentos gerais e específicos, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

c. Instrução dos procedimentos administrativos tendentes à constituição do vínculo de emprego público, a qualquer título;

d. Instrução dos procedimentos relativos à administração do pessoal, designadamente, aposentações, exonerações, licenças sem remuneração, acumulação de funções e estatuto de trabalhador-estudante.

10. Autorizar a mobilidade de trabalhadores entre unidades orgânicas;

11. Autorizar os pedidos de estatuto de trabalhador-estudante;

12. Autorizar a frequência de estágios curriculares que se considerem de manifesto interesse para a Câmara Municipal e nomear os respetivos orientadores;

13. Proceder ao indeferimento dos pedidos de mobilidade geral, nomeadamente mobilidades internas na categoria, mobilidades intercategorias e intercarreiras, bem como cedências de interesse público de trabalhadores de outros Organismos para a Câmara Municipal de Odivelas;

14. Autorizar a divulgação de expediente/informação no âmbito dos recursos humanos e formação, na internet e intranet;

15. Estudar, propor e regulamentar os horários de trabalho, numa perspetiva de aumento da sua flexibilidade e da melhoria do atendimento dos munícipes e pôr em prática um adequado sistema de controlo da assiduidade;

16. Preparar o orçamento anual do pessoal e informação que fundamente as alterações ao mapa de pessoal que se verifiquem necessárias;

17. Assegurar o atendimento dos trabalhadores em matéria de recursos humanos;

18. Assegurar o acolhimento e integração dos trabalhadores nos serviços municipais;

19. Assegurar a gestão dos seguros dos trabalhadores ao serviço do Município;

20. Assegurar, de forma integrada, as atividades relativas à saúde ocupacional e à higiene e segurança dos trabalhadores municipais;

21. Promover uma política de Saúde Ocupacional e assegurar a manutenção e desenvolvimento do Serviço de Saúde dos trabalhadores municipais;

22. Proceder periodicamente ao levantamento das necessidades de formação;

23. Elaborar e propor os Planos Anuais de Formação (interna e externa) e os respetivos orçamentos;

24. Manter-se informado sobre os mecanismos centrais, e outros, de financiamento da formação profissional na Administração Pública e coordenar ações com as entidades gestoras desses programas;

25. Organizar e acompanhar as atividades de formação planeadas e assegurar todos os procedimentos administrativos para a sua concretização e controlo pedagógico e financeiro;

26. Informar da utilidade para o Município de propostas de frequência de ações de formação externa emitidas pelos diversos serviços e promover os correspondentes procedimentos administrativos;



27. Proceder à avaliação dos resultados práticos das ações de formação realizadas ao nível do desempenho dos trabalhadores e dos serviços em que se integram;

28. Elaborar o Relatório anual de formação;

29. Autorizar os pedidos de autoformação, requerida nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 70-A/2000, de 5 de maio e 174/2001, de 31 de maio;

30. Autorizar a formação externa que não implique custos para o Município;

31. Assegurar a gestão do fornecimento das refeições aos trabalhadores municipais.

As competências ora delegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como quaisquer atos praticados pelo delegado no exercício da presente delegação.

Poderá ainda o delegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o delegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências delegadas, deverá o delegado prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 52/PRES/2017

Assunto: Designação de Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes, como Coordenadora do Setor Educativo e Pedagógico e Setor de Intervenção e Sucesso Educativo

Considerando que:

a) O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabelece que “A organização e funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, de aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, de racionalização de meios e da

eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado...”;

b) No artigo 18.º da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5, de 27 de março de 2015, definem-se as atribuições da **Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos (DISPE)**, na qual se inserem as subunidades orgânicas denominadas **Setor Educativo e Pedagógico e Setor de Intervenção e Sucesso Educativo**, as quais visam a promoção do sucesso escolar, a inclusão social, e a prevenção de situações de abandono e absentismo escolar, mediante a criação e implementação de condições de combate à exclusão social, à promoção da igualdade de oportunidade e sucesso escolar dos alunos, concorrendo assim para a melhoria qualitativa da educação e da qualidade de vida na sua área geográfica;

c) O sucesso de tais medidas é tanto maior quanto maior for a prevenção e intervenção precoce junto da comunidade educativa onde os alunos se encontram inseridos, e o apoio prestado às famílias destes últimos;

d) O exercício de funções de coordenação das referidas subunidades orgânicas na prossecução dos objetivos estratégicos traçados pelo Município de Odivelas para a Educação, exige alguém que possua conhecimentos adequados e experiência profissional consolidada, por forma a colaborar e prestar apoio na atividade diária destes setores.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **designo a Dr.ª Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes**, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, como **Coordenadora do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo**.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 53/PRES/2017

Assunto: Elaboração da informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal

Considerando que:

- Por força do disposto no n.º 1 do artigo 27º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, a Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro;

- De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do mesmo diploma, compete à Assembleia Municipal apreciar em cada uma das suas sessões ordinárias uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira;

- Nos termos da mesma disposição legal, a referida informação deverá ser enviada ao Presidente da Assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respetiva ordem do dia.

Com vista à elaboração atempada da informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, **DETERMINO** que:

1. Todas as Unidades Orgânicas devem elaborar um relatório que reflita a atividade relevante, realizada entre a data do relatório apresentado na anterior sessão ordinária da Assembleia Municipal e a data fixada para efeitos de apresentação na próxima sessão.

2. Os relatórios a elaborar podem conter, como anexos, toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, que se julguem indispensáveis para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí contida, em conformidade com o disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 35º do diploma já referido.

3. Do relatório da DFA deve constar um anexo com a situação financeira do Município, bem como o saldo e estado atual das dívidas a fornecedores de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 35º do mesmo diploma.

4. Do relatório do DJGFP, deve constar um anexo com estado atualizado dos processos judiciais em curso nesse departamento, atento o disposto no n.º 4, in fine, do artigo 35 do mesmo diploma.

5. Os relatórios devem dar entrada no Gabinete da Presidência com uma antecedência mínima de 20 dias úteis, anteriores à data de realização de cada uma das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal.

6. Os relatórios devem ser entregues em suporte digital, via edoc ou e-mail.

Odivelas, 6 de novembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)

VEREACÃO

DESPACHO N.º 01/VEV/2017

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, RICARDO JOEL SOARES OLIVEIRA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

2. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35º do mesmo diploma de assinar ou visar correspondência de mero expediente da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:

a. A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;



b. A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

3. Verificar a assiduidade do pessoal afeto ao meu Gabinete de Apoio Pessoal;

4. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de promover todas as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal afeto à Divisão de Ambiente e à Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

5. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33º do diploma citado, para executar as opções do plano e orçamento aprovados, a exercer na área da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

6. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56º do citado diploma.

Odivelas, 30 de Outubro de 2017.

O Vereador
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 02/VEV/2017

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SECRETÁRIO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, JORGE DANIEL SOUSA MOREIRA DA SILVA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Secretário, Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania;

2. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35º do mesmo diploma de assinar ou visar correspondência de mero expediente do Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania, com destino a quaisquer entidades, exceto:

a. A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou Titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b. A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

3. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de promover todas as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal afeto ao Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania;

4. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33º do diploma citado, para executar as opções do plano e orçamento aprovados, a exercer na área do Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania;

5. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

O Vereador
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles



DESPACHO N.º 03/VEV/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles na Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Helena Fernanda Teixeira Morais do Nascimento Jardim

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Helena Fernanda Teixeira Morais do Nascimento Jardim**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,

através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 04/VEV/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, no Coordenador do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Joaquim Fernando Constantino Coelho

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Coordenador do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Joaquim Fernando Constantino Coelho** o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

3. A competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para praticar os atos necessários à administração corrente do património municipal e à sua conservação,

4. A competência prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como registos de qualquer outra natureza.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.



Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O Vereador
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 05/VEV/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles na Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do artigo 38º do Anexo I Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, **e que serão exercidas no âmbito da Divisão de Gestão Ambiental:**

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/nºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado

abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O Vereador
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 06/VEV/2017

Assunto: Despacho de Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, na Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, Elisabete Lucas

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, Elisabete Lucas**, as competências abaixo indicadas, que serão exercidas no âmbito da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, com exclusão das subunidades respeitantes ao Setor de Notariado, à Secção de Contraordenações e Execuções Fiscais, bem como ao Setor Técnico-Jurídico, nos seguintes termos e limites:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/nºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.



Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 7/VEV/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, no Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, subdelego, pelo presente Despacho, **no Senhor Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira Patrimonial, João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano**, Licenciado em Direito, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito do **Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais**, nos seguintes termos e limites:

I

1. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 38º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor;

2. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 08/VEV/2017

Assunto: Nomeação da Dr.ª Ana Cristina Neves Mousinho Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Ana Cristina Neves Mousinho** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 07 de novembro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do
Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins,
através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro,

Edgar S. Valles



DESPACHO N.º 09/VEV/2017

Assunto: Nomeação da Dr.ª Maria Madalena Romano Batista Calapez Corrêa Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Maria Madalena Romano Batista Calapez Corrêa** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 07 de novembro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro,

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 10/VEV/2017

Assunto: Nomeação da Dr.ª Paula Cristina da Silva Tavares Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Paula Cristina da Silva Tavares** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 07 de novembro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro,

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 11/VEV/2017

Assunto: Nomeação da Dr. Luís Manuel Nascimento Duarte Instrutor de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nomeio o Sr. Dr. **Luís Manuel Nascimento Duarte** como **Instrutor de Processos de Contraordenação** que corram termos na

Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 07 de novembro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro,

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 12/VEV/2017

Assunto: Nomeação da Dr. Luís Daniel Braga Gonçalves da Silva Instrutor de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nomeio o Sr. Dr. **Luís Daniel Braga Gonçalves da Silva** como **Instrutor de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 07 de novembro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro,

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 01/VJPA/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador João Paulo da Cruz António no Senhor Chefe de Divisão Dr. David Abel Viegas Martins

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Chefe de Divisão de Transportes e Oficinas, Dr. David Abel Viegas Martins**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 43/PRES/2017, de 30 de outubro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:



1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento dos serviços e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 40º/n.ºs 3 e 4 do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Exercício de Funções Públicas.

3. A competência prevista na alínea h), do n.º 2, do artigo 35º, do Anexo I do RJAL, para praticar os atos necessários à administração do património do Município e à sua conservação a exercer nas áreas funcionais e sob a sua responsabilidade.

4. A competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 35º, do Anexo I ao RJAL, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob a sua superintendência.

5. Exercer as demais competências legalmente conferidas nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o procedimento normal das atribuições Municipais.

As competências ora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer acções ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Vereador
Por delegação e subdelegação de competências do
Sr. Presidente Hugo Martins,
através do Despacho n.º 43/PRES/2017,
de 30 de outubro,

João António

DESPACHO N.º 02/VJPA/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador João Paulo da Cruz António na Senhora Coordenadora do Gabinete Veterinário Municipal, Dra. Maria João Costa Batista Nabais

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Coordenadora do Gabinete Veterinário Municipal, Dra. Maria João Costa Batista Nabais**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 43/PRES/2017, de 30 de outubro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público.

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 40º/n.ºs 3 e 4 do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Exercício de Funções Públicas.

3. A competência prevista na alínea ll) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para proceder à captura alojamento e abate de canídeos e gatídeos nos termos da legislação aplicável;

4. A competência prevista na alínea jj) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

5. A competência prevista na alínea h), do n.º 2, do artigo 35º, do Anexo I do RJAL, para praticar os atos necessários à administração do património do Município e à sua conservação a exercer nas áreas funcionais e sob a sua responsabilidade.

6. As competências previstas no n.º 6, do artigo 3º G, nos n.ºs 1 e 4, do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, que estabelece a proteção de animais de companhia.

7. As competências previstas no artigo 2º, no n.º 1 do artigo 5º e no artigo 6º da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais.



8. Exercer as demais competências legalmente conferidas nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o procedimento normal das atribuições Municipais.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer acções ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 02 de novembro de 2017

O Vereador
Por delegação e subdelegação de competências do
Sr. Presidente Hugo Martins,
através do Despacho n.º 43/PRES/2017,
de 30 de outubro,

João António

DESPACHO N.º 05/VMLV/2017

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À VEREADORA MÓNICA VILARINHO, FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO DA SILVA BAPTISTA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego no Adjunto, Francisco José Lourenço da Silva Baptista**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 44/PRES/2017, de 30 de Outubro de 2017, nos seguintes termos e limites, no âmbito da Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas, Projetos Participados, Setor da Juventude e Setor do Turismo:

1. A prática dos atos de administração ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1

do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação das atividades inerentes aos supra mencionados Divisão e Setores;

2. Assinar correspondência e documentos de mero expediente, com exceção da dirigida a entidades referidas no Capítulo II, n.º 5 alíneas a) e b) do Despacho n.º 44/PRES/2017, de 30 de Outubro de 2017;

3. A prática dos atos de administração ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de promover todas as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal afeto à Divisão e aos Setores acima referidos;

4. A prática dos atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

Odivelas, 03 de novembro de 2017

A Vereadora

No uso da competência que me foi subdelegada e delegada pelo Sr. Presidente da CMO,
através do Despacho n.º 44/PRES/2017,
de 30 de Outubro de 2017

(Mónica Vilarinho)

DESPACHO N.º 06/VMLV/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Mónica Vilarinho no Chefe de Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados

Tendo em consideração o princípio da desconcentração administrativa, consagrada no n.º 2 do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa que visa promover uma administração mais célere, económica e eficaz, bem como o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante RJAL), conjugado com os artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pelo presente despacho, **subdelego no Senhor Chefe de Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados, José António dos Remédios Janeiro**, Licenciado em Direito, as competências abaixo discriminadas no âmbito da Divisão, nomeadamente:

I

1. A competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para aprovar e



alterar férias dos trabalhadores, afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para justificar faltas no âmbito do serviço, à exceção do previsto no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

3. A competência prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

4. Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

5. Competências genéricas de gestão para instrução de processos e procedimentos administrativos a cargo do respetivo Gabinete devendo tomar todas as medidas que visem acelerar a respetiva conclusão e a execução das suas decisões, nelas se incluindo, entre outras, pedidos de parecer a organismos exteriores e a publicação em edital dos atos administrativos, quando obrigatórios;

6. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da subdelegante.

II

1. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para execução das deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob a sua superintendência;

2. A competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;

3. A competência prevista na alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

4. A competência prevista na alínea f) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;

5. A competência prevista na alínea h) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmam esse direito;

6. A competência prevista na alínea i) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras;

7. A competência prevista na alínea j) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;

8. A competência prevista na alínea k) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitir o cartão de vendedor ambulante;

9. As competências previstas nos artigos 5.º, 18.º, 20.º e n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 29 de setembro, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

10. A competência prevista nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º, na alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º, na alínea a) do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual, que simplifica o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, e demais competências próprias nele previstas, relacionadas com estas matérias;

11. As competências próprias previstas no Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, que aprovou o regime do exercício da atividade industrial (REAI), por força da aplicação do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções;

12. As competências próprias previstas no Sistema de Industria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções.

As competências ora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que circunstâncias o justifiquem e, bem assim como quaisquer atos praticados pelo subdelegado no exercício da presente subdelegação.

A subdelegação de competências ora efetuada, poderá ser revogada, total ou parcialmente, desde que as circunstâncias o justifiquem e os superiores interesses do Município o aconselhem.



Nas mesmas circunstâncias e pelos mesmos motivos, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado, bem como poderá ser decidida a avocação de algum processo ou assunto.

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for devolvido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

Os efeitos do presente despacho retroagem a 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 10 de novembro de 2017

A Vereadora

Por delegação e subdelegação de competências do
Sr. Presidente da CMO através do
Despacho n.º 44/PRES/2017, de 30 de outubro

Mónica Vilarinho

DESPACHO N.º 01/VSS/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos no Chefe de Divisão de Educação, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego, pelo presente Despacho, no Senhor Chefe de Divisão de Educação, GABRIEL DAVIDE LOPES CAETANO**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito da citada Divisão:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência inerentes ao exercício da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao

RJAL, com exceção da dirigida a entidades ou organismos públicos, bem como a que constituir por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;

2. Autorizar o gozo de férias, mediante os respetivos mapas e requerimentos, e ausências ao serviço por pequenos períodos;

3. Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e relatórios de assiduidade;

4. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das referidas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar;

6. Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

7. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;

8. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.



A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 41/PRES/2017, de 30.out

(Susana Santos)

DESPACHO N.º 02/VSS/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos na Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, com exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo, Dra. Lúcia Raquel Prior dos Santos

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, **na Senhora Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos**, com exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo, **LÚCIA RAQUEL PRIOR DOS SANTOS**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito da citada Divisão:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência inerentes ao exercício da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, com exceção da dirigida a entidades ou organismos públicos, bem como a que constituir por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;

2. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, no âmbito do fundo de maneo da

CPCJ, nas condições legais e até ao limite de € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros);

3. Autorizar o gozo de férias, mediante os respetivos mapas e requerimentos, e ausências ao serviço por pequenos períodos;

4. Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e relatórios de assiduidade;

5. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das referidas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

6. Autorizar a prestação de trabalho suplementar;

7. Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

8. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;

9. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, a subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 41/PRES/2017, de 30.out

(Susana Santos)



DESPACHO N.º 03/VSS/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos na Senhora Chefe da Divisão de Habitação, Dra. Inês Martins de Barros dos Santos Fradique.

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, subdelego, pelo presente Despacho, na **Senhora Chefe da Divisão de Habitação, INÊS MARTINS DE BARROS DOS SANTOS FRADIQUE**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito da citada Divisão:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas, bem como a que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;

2. Autorizar o gozo de férias dos trabalhadores afetos a esta divisão, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados dos trabalhadores, e ausências ao serviço por pequenos períodos, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;

4. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014,

de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

6. Visar Boletins de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

7. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;

8. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser, a todo o tempo, objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, a subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do Despacho N.º 41/PRES/2017, de 30.out

(Susana Santos)

DESPACHO N.º 04/VSS/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos no Senhor Adjunto, Dr. Luís Manuel Oliveira Gomes da Costa

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo



(abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, no **Adjunto do Gabinete de Apoio à Vereação, Senhor Dr. LUÍS MANUEL OLIVEIRA GOMES DA COSTA**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas **no âmbito do citado Gabinete**:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas, bem como a que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;
2. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória;
3. Solicitar quaisquer informações destinadas a instruir os procedimentos administrativos, com o objetivo de preparar o exercício da minha competência decisória;
4. Proceder à coordenação de grupos de trabalho e assegurar a realização de reuniões internas e externas sempre que necessário;
5. Elaborar análises e sínteses, e apresentar novas propostas e soluções de trabalho;
6. Acompanhar a tramitação de processos e assegurar a comunicação com o exterior;
7. Substituir-me nas minhas ausências e impedimentos;
8. Aprovar notas de imprensa, conteúdos programáticos das iniciativas dos serviços da ora signatária, em articulação com o GCMA;
9. Exercer o controlo sobre a prática de todos os atos administrativos e assuntos cometidos ao Setor Educativo e Pedagógico;
10. Exercer o controlo sobre a prática de todos os atos administrativos e assuntos cometidos ao Setor de Intervenção e Sucesso Educativo.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser, a todo o tempo, objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 41/PRES/2017, de 30.out

(Susana Santos)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 4/DM/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Diretor Municipal na Chefe da Divisão Financeira e de Aproveitamento, Paula Susana do Nascimento Teixeira Gonçalves

Em virtude de se ter operado a caducidade da delegação anterior – mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro (doravante designado por CPA), torna-se imperativo proceder ao nova subdelegação de competências na Senhora Chefe da Divisão Financeira e de Aproveitamento.

I

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 16º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da



administração central, regional e local do Estado, conjugado com o disposto no artigo 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego na Senhora Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, PAULA SUSANA DO NASCIMENTO TEIXEIRA GONÇALVES**, licenciada em Direito, a competências abaixo discriminadas, que me foram delegadas pelo Sr. Presidente, através do Despacho de Delegação de Competências n.º 45/PRES/20177, de 30 de outubro, e que serão exercidas no âmbito da referida Unidade Orgânica, nos seguintes termos e limites:

II

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismo ou entidades públicas;
2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do art.º 206 da Lei 35/230014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em funções Públicas, na sua atual redação;
4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previsto no artigo 120º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua atual redação;
5. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes dos processos arquivados e que careça, de despacho ou deliberação dos eleitos locais, vem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
6. Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Outras Atividades Relevantes) e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental;
7. Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo e gestão estabelecido no Município;
8. Proceder aos estudos prévios, e colaborar na execução de operações financeiras ao nível da aplicação de disponibilidades e da gestão da carteira de empréstimos;
9. Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros serviços;

10. Colaborar com a Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Comparticipados, na gestão financeira desses projetos, preparando os respetivos elementos contabilísticos;
11. Assegurar a gestão e controlo das garantias bancárias prestadas, quer pelo Município, quer por terceiros a favor do Município, no quadro dos contratos estabelecidos;
12. Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório;
13. Elaborar estudos e propostas relativamente a receitas a cobrar pelo Município designadamente sobre o Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
14. Assegurar a gestão e funcionamento da tesouraria do Município, designadamente no que respeita à elaboração de planos de tesouraria;
15. Propor diretrizes, mediante análise económico-financeira, para aumento das receitas municipais;
16. Colaborar na elaboração de relatórios que sistematizem aspetos relevantes da gestão financeira do Município;
17. Apoiar tecnicamente as ações relativas à empresarialização ou concessão externa de atividades ou serviços que o Município tenha decidido empreender;
18. Acompanhar os contratos-programa, protocolos e acordos na sua incidência financeira, em que o Município participe;
19. Acompanhar e controlar a execução dos Planos e orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado;
20. Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à boa execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
21. Elaborar, em colaboração dos diversos serviços, o Plano Anual de Aprovisionamento, em consonância com as atividades previstas nos documentos previsionais;
22. Proceder ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimentos de bens e serviços, devidamente autorizados;
23. Proceder à constituição e gestão racional dos “stocks”, em consonância com critérios definidos, em articulação com os diversos serviços utilizadores;



24. Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao seu fornecimento mediante requisição própria;

25. Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **300,00 € (trezentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

26. Autorizar o pagamento das referidas despesas até ao limite de **300,00 € (trezentos euros)**;

III

1. O subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da CPA;

2. A subdelegação ora efetuada, bem como eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165º e 146º da CPA;

3. O subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1ª parte do n.º 2 do artigo 49.º da CPA.

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao subdelegante, a subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas 31 de Outubro de 2017

Por delegação de competências
do Presidente da Câmara Municipal
Despacho 45/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017
O Diretor Municipal

(Hernâni Boaventura)

DESPACHO N.º 05/DJGFP/DRHF/2017

Assunto: Subdelegação de Competências do Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, Dr. João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano, na Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação, Dr.ª Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte.

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes e do Despacho n.º 51/PRES/2017, de 30 de outubro, referente à Delegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal no Signatário, subdelego, **na Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação, Dr.ª Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte**, as competências que me foram delegadas e que serão exercidas no âmbito da respetiva Divisão, nos seguintes termos e limites:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;

2. Autorizar férias dos trabalhadores, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores;

3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no artigo 206.º, n.ºs 3 e 4, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro das condições e limites previstos no artigo 120.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

5. Promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que aprovou o novo regime das autarquias locais;

6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição de documentos aos interessados, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

Mais subdelego na Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação, as competências que a seguir se enunciam, para serem exercidas em relação a todas as unidades orgânicas do Município:



7. Propor a verificação domiciliária da doença nos termos do artigo 128.º, do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

8. Solicitar a verificação domiciliária da doença nos termos do artigo 20.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como mandar submeter os trabalhadores a juntas médicas;

9. Praticar atos e formalidade de caráter instrumental necessário ao exercício da competência decisória quanto à gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, designadamente:

a) Instrução dos procedimentos administrativos tendentes à constituição da relação jurídica de emprego público, a qualquer título;

b) Instrução dos procedimentos relativos à administração do pessoal, designadamente, aposentações, exonerações, licenças sem remuneração, acumulação de funções e estatuto de trabalhador-estudante.

10. Preparar o orçamento anual do pessoal e informação que fundamente as alterações ao mapa de pessoal que se verifiquem necessárias;

11. Assegurar o atendimento dos trabalhadores em matéria de recursos humanos;

12. Assegurar o acolhimento e integração dos trabalhadores nos serviços municipais;

13. Assegurar a gestão do seguro de acidentes de trabalho dos trabalhadores ao serviço do Município;

14. Assegurar, de forma integrada, as atividades relativas à saúde ocupacional e à higiene e segurança dos trabalhadores municipais;

15. Promover uma política de Saúde Ocupacional e assegurar a manutenção e desenvolvimento do Serviço de Saúde dos trabalhadores municipais;

16. Proceder periodicamente ao levantamento das necessidades de formação;

17. Elaborar e propor os Planos Anuais de Formação (interna e externa) e os respetivos orçamentos;

18. Manter-se informado sobre os mecanismos centrais, e outros, de financiamento da formação profissional na Administração Pública e coordenar ações com as entidades gestoras desses programas;

19. Organizar e acompanhar as atividades de formação planeadas e assegurar todos os procedimentos administrativos para a sua concretização e controlo pedagógico e financeiro;

20. Informar da utilidade para o Município de propostas de frequência de ações de formação externa emitidas pelos diversos serviços e promover os correspondentes procedimentos administrativos;

21. Proceder à avaliação dos resultados práticos das ações de formação realizadas ao nível do desempenho dos trabalhadores e dos Serviços em que se integram;

22. Elaborar o Relatório anual de formação;

23. Autorizar os pedidos de autoformação, requerida nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro;

24. Assegurar a gestão do fornecimento das refeições aos trabalhadores municipais.

As competências ora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como quaisquer atos praticados pela subdelegada no exercício da presente subdelegação.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, a subdelegada abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá a subdelegada prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento Jurídico e de
Gestão Financeira e Patrimonial
(no uso da competência que me foi delegada pelo
Sr. Presidente Hugo Martins, através do
Despacho n.º 51/PRES/2017, de 30 outubro)

João Serrano



DESPACHO N.º 15/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de competências do Director do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Sra. Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras particulares, Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgueiro

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, referente à Subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego na Sra. Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras particulares, **Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgueiro**, as competências abaixo indicadas, que serão exercidas no âmbito da Divisão

1. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal, com exceção dos dirigidos a entidades referidas no Capítulo II, n.º 5, alíneas a) e b) do Despacho n.º 42/PRES/2017;
2. Autorizar férias dos trabalhadores, em conformidade com os respectivos mapas e requerimentos apresentados;
3. Autorizar ausências ao serviço por pequenos períodos;
4. Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;
5. Justificar faltas no âmbito do serviço, à exceção da situação prevista no n.º 3, do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
6. Visar boletins de horas extraordinárias e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;
7. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;
8. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
9. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 38.º do

Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

10. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas, a todo o tempo, desde que as circunstâncias o justifiquem, e bem assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pela subdelegante.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, a subdelegada abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento
de Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 16/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de competências do Director do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Sra. Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes, Arq.ª Florinda Rosa Pisco Lixa

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, referente à Subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário,



subdelego na Sra. Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Especiais, **Arq.ª Florinda Rosa Pisco Lixa**, as competências abaixo indicadas, que serão exercidas no âmbito da respectiva Divisão:

1. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal, com exceção dos dirigidos a entidades referidas no Capítulo II, n.º 5, alíneas a) e b) do Despacho n.º 42/PRES/2017;
2. Autorizar férias dos trabalhadores, em conformidade com os respectivos mapas e requerimentos apresentados;
3. Autorizar ausências ao serviço por pequenos períodos;
4. Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;
5. Justificar faltas no âmbito do serviço, à excepção da situação prevista no n.º 3, do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
6. Visar boletins de horas extraordinárias e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;
7. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;
8. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
9. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
10. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas, a todo o tempo, desde que as circunstâncias o justifiquem, e bem assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pela subdelegante.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, a subdelegada abster-se

da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento
de Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 17/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Sra. Chefe da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana, Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, referente à Subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego na Sra. Chefe da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana, **Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha**, as competências abaixo indicadas, que serão exercidas no âmbito da respectiva Divisão:

1. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal, com exceção dos dirigidos a entidades referidas no Capítulo II, n.º 5, alíneas a) e b) do Despacho n.º 42/PRES/2017;
2. Autorizar férias dos trabalhadores, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados;
3. Autorizar ausências ao serviço por pequenos períodos;
4. Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;



5. Justificar faltas no âmbito do serviço, à exceção da situação prevista no n.º 3, do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;

6. Visar boletins de horas extraordinárias e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;

7. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

8. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

9. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

10. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas, a todo o tempo, desde que as circunstâncias o justifiquem, e bem assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pela subdelegante.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, a subdelegada abster-se da prática de quaisquer atos ou iniciativas suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento
de Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 18/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente do Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, referente à subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego no Coordenador do Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas, Arq. **Marco Alexandre Reis da Silva Oliveira**, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito do referido Setor.

Odivelas, 2 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento
de Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 19/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente da Secção de Secretaria Central (SSC)

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, referente à subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego na Coordenadora Técnica, Dra. **Ângela Maria Pinhão Prata Fernandes**, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito do referido Secção de Secretaria Central.

Odivelas, 02 de novembro de 2017

O Diretor do Departamento
de Gestão e Ordenamento Urbanístico



No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 01/DGEJCA/DDD/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Desenvolvimento Desportivo.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente, subdelego, nas minhas ausências e impedimentos, no **Técnico Superior, Dr. Carlos Miguel Januário da Costa**, a assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito da respetiva Divisão de Desenvolvimento Desportivo.

Odivelas, 08 de novembro de 2017

O Chefe da Divisão de Desenvolvimento Desportivo
Por Subdelegação de Competências
do Senhor Vereador Paulo César Teixeira,
Através do Despacho n.º 03/VPCT/2017 de 31/10/2017

(Carlos Alexandre Bargado Lérias)

DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de setembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12527, de 2017.10.30:

Processo n.º 11098/OP

Nome: Associação Protetora das Florinhas da Rua

Assunto: Pedido de Isenção do pagamento de taxas

Local: Associação das Acácias – parcela E3/E5 – Quinta do Porto Pinheiro - Odivelas

Data de despacho: 18.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de Isenção do pagamento de taxas

Processo n.º 4117/ant

Nome: Transodi, Lda.

Assunto: Indeferimento do pedido de certificação das condições para a constituição de propriedade horizontal

Local: Rua de Stº Eloy, n.º 20A e B – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 18.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Indeferir o pedido de certificação

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12519, de 2017.10.30:

Processo n.º @124/2016

Nome: Circlexclusive, Lda.

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Olival, lote 94 – B. Casal das Queimadas à Quinta das Dális - Famões

Data de despacho: 01.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 31488/OM

Nome: Comissão de Administração Conjunta da Augi do bairro Quintinha da Arroja

Assunto: Indeferimento do pedido de prorrogação do prazo de obras de Urbanização

Local: Bairro Quintinha da Arroja - Odivelas

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Indeferir o pedido



Processo n.º 69/2016/OP/GI

Nome: Luís Manuel Rosa

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo para requerer a emissão do título art.º 76 do Dec-Lei 555/99 de 19/12 na sua atual redação

Local: Bº Castelo Poente – Lote 10 – UF Ramada e Caneças

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido

Processo n.º 323/2017/D/OVP

Nome: Nos Comunicações, S.A

Assunto: Outras operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua de Santo Eloy, junto ao n.º 27 A – Pontinha

Data de despacho: 04.07.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deiro o pedido

Processo n.º 311/2017/D/OVP

Nome: Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, SA.

Assunto: Outras operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Av. De S. Pedro, Rua de Santo Eloy, Rua Cidade da Horta e Rua da Liberdade – Pontinha

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deiro o pedido

Processo n.º 254/2017/D/OVP

Nome: Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A

Assunto: Outras operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Ruas da Liberdade, Funchal, Santo Eloy e Gama Barros – Pontinha

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deiro o pedido

Processo n.º 372/2016/OP

Nome: Luis Miguel dos Santos Cardoso

Assunto: Prorrogação de prazo para apresentar os projetos

Local: Rua da Fonte Santa, n.º 13 – Caneças

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 329/2017/D/OVP

Nome: Lisboagás GDL – Soc. Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação

Local: Rua Augusto Gil – Odivelas

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 335/2017/D/OVP

Nome: DSAR Construção Civil, Lda.

Assunto: Outras operações Urbanísticas – art.º 18 do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Vasco Santana, Urbanização da Ribeirada, lote 35 – Odivelas

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 322/2017/D/OVP

Nome: Nos Comunicações, S.A

Assunto: Outras operações Urbanísticas – art.º 18 do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Pêro Vaz de caminha, junto ao n.º 17 da Urb. Da Quinta do Porto Pinheiro – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 178/2016/OP/GI

Nome: Stx – Soluções Técnicas Construção Civil e Restauro, Unipessoal, Lda.

Assunto: Pedido de prorrogação para entrega de projetos de especialidade

Local: Bairro Flôr do Minho – Lote 41 – UF Ramada e Caneças

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 150/2016/OP/GI

Nome: Ricardo Alexandre Pires Matos Landeiro

Assunto: Ocupação da Via Pública com estaleiro de Obra

Local: Rua S. Benedito – Lote 11 – B. Trigache Sul – Famões

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 327/2017/OP

Nome: Rfes – Construções, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Urb. Jardim da Amoreira – Lote 88 – Casal da Carochia – Ramada

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 190/2017/OP

Nome: A Joia do Tejo – Restaurante Unipessoal, Lda.

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Pulido Valente, n.º 27 – Odivelas

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 477/2016/OP/GI

Nome: Caixa Económica Montepio Geral

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Bairro Casal do Rato – Lote 3A - Pontinha

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 476/2016/OP/GI

Nome: Caixa Económica Montepio Geral

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Bairro Casal do Rato – Lote 3 – Pontinha

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 475/2016/OP/GI

Nome: Caixa Económica Montepio Geral

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Bº Casal do Rato – Lote 2 – Pontinha

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 142/2016/OP/GI

Nome: Maria de Jesus dos Santos

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Particular n.º 128 – B.º Sete Quintas – Caneças

Data de despacho: 08.09.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa



Processo n.º 194/2017/OP
Nome: Américo Jorge Fernandes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Rua das Arroteias, lote 2A 33 – bairro dos CTT - Caneças
Data de despacho: 08.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º @63/2017
Nome: Amândio da Silva Araújo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Braga – Lote 561 – Bairro Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 11.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 404/2015/OP
Nome: Ana Raquel Ribeiro Carmona
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Neto, n.º 8 - Odivelas
Data de despacho: 11.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 24786
Nome: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Famões
Assunto: Licença Especial para Obras Inacabadas – art.º 88 do Dec- Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação
Local: Parcela P1 – B.º Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 12.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º @84/2017
Nome: J. ferreira & Filhos, Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: B. Fontainhas, lote 10 – Ramada
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 14290/OP/GI
Nome: Nuno Sintra Luís da Fonseca Patrício
Assunto: Licença Administrativa – art.º 88º do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12
Local: Rua Pinhal de Castelo de Vide, lote 33 – B.º Arco Maria Teresa – UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 12863/OP
Nome: Seminário Diocesano Redemptoris – Nossa Sra. De Fátima
Assunto: Caducidade – artigo 71º do Dec-Lei 555/99 na sua redação atual
Local: Rua Pinhal Verde, n.º 4 - Caneças
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Declaro a extinção do procedimento

Processo n.º 38/2015/OP
Nome: Delfina Sebastião Pedro
Assunto: Declaração de extinção de procedimento por Caducidade, nos termos no artigo 71º do RJUE
Local: Praceta Fernando Almeida, n.º 1 - Odivelas
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Declaro a caducidade da Licença Administrativa

Processo n.º @81/2017
Nome: Maria João dos Santos Oliveira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou
Local: Rua Santo Eloy – 45-45 A e 45B – Pontinha
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 273/2017/OP
Nome: Tânia Vanusa Saraiva Gouveia
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Vale dos Cágados – Estrada do Desvio, lote 71 – Odivelas
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 290/2017/OP
Nome: Construções J. A. Fernandes, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Casal da Caiada – Rua A – Lote 1 – Ramada
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 286/2015/OP/GI
Nome: António Joaquim de Brito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Alecrim, lote 722 – Famões
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 151/2017/IP
Nome: José Henrique Martins de Almeida
Assunto: Informação Prévia
Local: Praceta de Goa, n.º 14 – Lote 17 – Tipo B12 – Olival Basto
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @79/2017
Nome: Maria Alice dos Santos Oliveira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua de Santo Eloy, 41-41A e 41B – Pontinha
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 103/2017/OP
Nome: Álvaro de Oliveira Marques e Outros
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU



Local: Rua da Fonte Santa, n.º 7 – Lugar de Além – Caneças
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 85/2017/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Leitão Teixeira
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Santo Antão, lote 379A – B. Casal Novo - Caneças
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 216/2017/OP/GI
Nome: Tiago Rebelo Lopes de Carvalho
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Amarante – Lote 248 – bairro Casal S. Sebastião – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 284/2017/OP/GI
Nome: Pedro Alexandre Nascimento Prospero Ordonho
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Vasco Santana, lote 95 – B. Quinta da Condessa – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 285/2017/OP/GI
Nome: Nuno Miguel Garcia Bernardo
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Norte, lote 313 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 185/2017/OP/GI
Nome: Ruben Correia Tavares
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Camacho Costa – lote 737 – bairro S. Sebastião Norte – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 283/2017/OP/GI
Nome: Moisés do Nascimento Neves
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Norte, lote 95 – B. Castelo Poente – Ramada
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 282/2016/OP/GI
Nome: José Carlos Marçal
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, lote 231 – B. do Girassol – Ramada
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 241/2016/OP/GI
Nome: Carlos Manuel Nunes Mendes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Fernando Pessoa, lote C30 – B. dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 176/2017/OP/GI
Nome: Ana Teresa Guerreiro da Silva Nascimento
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua S. Benedito - Lote 55 – Bairro Trigache Sul – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 154/2016/OP/GI
Nome: Dolorosa Maria Pereira Alfaiate Neto
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Setúbal, lote 417 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 101/2017/OP/GI
Nome: Carlos Manuel Monteiro Cotrim
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Outro – Lote 161 – Bairro do Girassol – ramada
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 246/2017/OP
Nome: Luís Filipe Inácio Barata
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Impasse à Rua Miguel Silvestre Cruz – Lote 6 – Caneças
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 243/2017/OP
Nome: Marília Madeira Viegas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua de Santo Eloy 43 – Pontinha
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 82/2017/OP
Nome: Maria da Graça Lopes Ferreira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade da Horta, 10 – Pontinha
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 453/2015/OP/GI
Nome: Isaura Pestana da Luz Rebelo
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Bairro Novo Stº Eloy, lote 4 – Famões
Data de despacho: 26.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa



Processo n.º @27/2016

Nome: Joaquim Maris Machado Gancinho

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Maria da Fonte – Lote 154 – Bairro da Milharada - Pontinha

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 353/2017/OP

Nome: Simaneu – Construção Civil, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Belisário Pimenta, lote 6 – Urbanização Terra da Fonte – Famões

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho:

Processo n.º 399/2016/OP/GI

Nome: José Luís Brás e Outro

Assunto: Pedido de Prorrogação para entrega de projetos de especialidades

Local: Bairro Casal da Silveira, lote 501 – UF Pontinha e Famões

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 174/2017/D/OVP

Nome: EDP Distribuição SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Quinta da Silveira – Lote 565 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indeferido o pedido

Processo n.º 305/2017/D/OVP

Nome: EDP Distribuição Energia, S.A

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Vasco Santana, lote 744 – Bairro Casal Novo – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido

Processo n.º 353/2017/OP

Nome: Simaneu – Construção Civil, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Belisário Pimenta, lote 6 – Urbanização Terra da Fonte – Famões

Data de despacho: 26.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 260/2017/OP/GI

Nome: Hugo Alexandre Rodrigues Duarte

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Ponte Sor, lote 96 – B. São Sebastião – Famões

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 225/2017/OP/GI

Nome: Mario Manuel Cavaco da Costa

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Caldas da rainha, lote 21 – B. Casal São Sebastião – Famões

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 299/2017/OP/GI

Nome: Sofia Isabel Sarmento Pereira da Silva Jacinto

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Gaiato – Lote 906 – Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 229/2017/OP/GI

Nome: Rui Miguel de Almeida Rodrigues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Particular – Lote 85 – bairro Sete Quintas – Caneças

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 217/2017/OP/GI

Nome: Virgílio Lopes Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua D. Nuno Álvares Pereira, lote 60 – B. Flor do Minho - Caneças

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 465/2016/OP/GI

Nome: Gizela maria Conceição Neves

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua das Fontainhas – Lote 37 – B. das Fontainhas – Famões

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 283/2016/OP/GI

Nome: Maria Conceição Moura Afonso Lima

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Pedre António Vieira – lote 556 – Famões

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 173/2017/OP

Nome: Luís Filipe de Oliveira Costa

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 30A- Odíveas

Data de despacho: 28.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 180/2017/OP/GI

Nome: Ruben Miguel Lopes de Melo

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU



Local: Rua do Pomarinho, n.º 47 – Viv. Maria Helena – Odivelas
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 187/2017/OP/GI
Nome: Albino Gonçalves Carvalho Osório
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Almada, lote 409 – Vale Grande - Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 358/2017/IP
Nome: Andreia Filipa Cotrim Ribeiro Acto
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua do Chafariz do Poço, Lote 279 – B. Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 156/2017/OP
Nome: Armindo Morais
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Bela Vista – Lote 131A – Quinta Porto Pinheiro – Odivelas
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença

Processo n.º 237/2017/OP/GI
Nome: Paula Sofia Lourenço Pires
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Padre António Vieira – lote 582 – casal dos Mochos – Bairro dos Quatro - Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 178/2017/OP/GI
Nome: Exebermonium, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras Ou
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro – Lote 204 – Bairro Casal dos Apréstimos - Ramada
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 191/2017/OP/GI
Nome: Maria Manuela Simões Sousa Boucinha
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Joaquim Paço de Arcos, lote 253 – B. Casal do Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 49/2017/OP/GI
Nome: Ricardo Filipe da Silva Batista Oliveira Ferreira
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Mª Amália Vaz carvalho – Lote 86 B – Bairro da Milharada - Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença

Processo n.º 28/2016/OP/GI
Nome: Domingos Augusto Moura Moita
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Capitão Renato Batista, lote 440 RC – Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Proponho que seja determinada a realização de vistoria

Processo n.º 301/2017/IP
Nome: Joana maria O.T.N de Abreu Andrade
Assunto: Informação prévia
Local: Rua Fernando Lopes Graça, lote 218 - Odivelas
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 44/2017/OP/GI
Nome: Maria de Lurdes Miranda da Silva Loureiro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 2 Abril, 924 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 34/2016/OP
Nome: A Padaria Portuguesa CQ – Atividades Hoteleiras, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Casal da Troca – Estrada da Paia – Lote 1 - Odivelas
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 370/2015/OP
Nome: Cond. Prédio
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Praceta Isabel Aboim Inglês, n.º 7 – Odivelas
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 437/2016/OP/GI
Nome: João Ribeiro Cordeiro
Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo – art.º 76 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redação em vigor
Local: Bº dos Pedernais – lote 91B – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido



Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12524, de 2017.10.30:

Processo n.º 381/2015/OP/GI

Nome: José Acácio Antunes

Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA

Local: Rua Júlio Verne – Lote 845 – Bº Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 04.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 399/2015/OP

Nome: José Maria Fernandes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua do Pomarinho, n.º 2A e B do Pomarinho - Ramada

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 410/2016/OP

Nome: Quasi – Arrematações Judiciais, SA

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Professor Francisco Gentil – n.º 21/23 – Póvoa Stº Adrião

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @11/2017

Nome: Hilário Marques de Faria

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua das Mimosas, lote 205 – B.º dos Pedernais – Ramada

Data de despacho: 05.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 428/2015/OP/GI

Nome: Maria da Conceição Namora F. Guardado

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Travessa Pero Escobar – Lote 92 – Bairro Casal do Bispo – Famões

Data de despacho: 06.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @82/2017

Nome: Isaura Rosa da Silva Moreira Francisco e Outros

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Isabel Aboim Inglês – Lote 9 – Bairro da Milharada - Pontinha

Data de despacho: 06.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @63/2017

Nome: Amândio da Silva Araújo

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Braga – lote 561 – Bairro Vale Grande - Pontinha

Data de despacho: 06.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @85/2017

Nome: Zélia Maria Coelho Silva

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Barro e Chã – Caneças

Data de despacho: 06.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 328/2017/OP

Nome: Ricardo Jorge Amorim Gonçalves

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cristóvão Colombo n.º 18 – Urb. Ribeirada - Odivelas

Data de despacho: 07.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 345/2017/OP

Nome: Caprichos e Corações Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Avenida Amália Rodrigues, n.º 17 – Urb. Ribeirada - Odivelas

Data de despacho: 07.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 97/2017/OP/GI

Nome: Envelhecer Sorrindo

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua António Sérgio – Lote 669 – Bairro Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 07.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @225/2015

Nome: Filipe Nunes da Silva Moço

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Almada Negreiros, Lote 209 – B. Casal Novo – Caneças

Data de despacho: 07.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 12812/CP/OP/GI

Nome: Jorge Coelho Rosa

Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA

Local: Rua das Flores, lote 222 – Bairro Casal da Silveira – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 12.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 162/2017/IP

Nome: Maria Teresa Branco da Fonseca

Assunto: Informação Prévia

Local: Quinta da Restauração – Ramada

Data de despacho: 12.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 161/2015/OP

Nome: Metalúrgica Pinto & Guerreiro - MPG Lda.

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Major João Luís de Moura – Complexo Industrial – Armazém B6 – Pontinha

Data de despacho: 12.09.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 61/2017/OP/GI
Nome: Fausto da Silva Simões
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Castelo Branco, lote 373 – B. Vale Grande - Pontinha
Data de despacho: 13.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @47/2017
Nome: Jaime Baeta Almeida Matias
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Liberdade, lote 2 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 13.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 359/2016/OP/GI
Nome: Manuel Mendonça Rodrigues Serrano
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Natália Correia – Lote 223 – Bairro da Milharada - Pontinha
Data de despacho: 13.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @309/2015
Nome: Silvino Augusto Pedro Paulino
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Quinta das Dálias – Lote 3 – Rua das Queimadas – Famões
Data de despacho: 13.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 5646/L/OC
Nome: José Domingos Fernando Brás
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Cerrado de Baixo – Quinta das Dálias - Famões
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 20347/ANT
Nome: Abel Lajes Pinto – Cabeça de casal de Herança
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Major Rosa Bastos, n.º 8 – Odivelas
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 383/2015
Nome: António Cardoso Monteiro Paulo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Legalização – n.º 4 do artº 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua nova redação
Local: Rua da Boavista, lote 13 – Lugar D'Álem – Carrascais - Caneças
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/defiro o pedido

Processo n.º 3153/LO/GI
Nome: Olívio Amadeu Pinto Miguel e Outros
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122 do CPA
Local: Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálias – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 155/2017/D/OVP
Nome: Tecnilopes – Manutenções Elétricas, Lda.
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122 do CPA
Local: Rua Júlio Verne, lote 845 – Bº Casal da Silveira – UF de Pontinha e Caneças
Data de despacho: 14.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 7/2017/OP
Nome: A Joia do Tejo – Restaurante Unipessoal, Lda.
Assunto: Acompanhamento de Obra
Local: Rua Alfredo Costa, n.º 4 – Urb. Colinas do Cruzeiro – Odivelas
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 336/2017/OP/GI
Nome: Rui Jorge Damião Sousa Braga
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Soalheira – lote 46 – bairro Tomada da Amoreira - Ramada
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 300/2017/OP
Nome: Otídra – Administração de Bens e Serviços Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Souto, n.º 13 – Odivelas
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @76/2014
Nome: Rosária Martins da Silva António
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Manuel Barbosa do Bocabe, lote 1281 – Caneças
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 307/2015/OP/GI
Nome: Jorge Pereira Queiroz
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Laranjal, lote 923 – bairro Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 15.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @73/2017
Nome: Manuel Fernando Ramos
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Barbosa do Bocage, lote 419 – Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 130/2016/OP
Nome: Simaneu – Construção Civil, Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Urb. Terra da Fonte Lote 5 – Famões
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 117/2016/OP
Nome: Pedro Miguel da Silva Marques
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de terrenos
Local: Rua José Augusto Gouveia – Lote 2 - Caneças
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde

Processo n.º 55/2015/OP/GI
Nome: Hermínio Quintela
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 556 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @16/2017
Nome: Paulo Jorge Duarte Batista
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua São Domingos, lote 174 – Bº Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @292/2015
Nome: José Manuel da Silva Mendes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua dos Artistas, lote 132 – B. Moinho do Baeta – Caneças
Data de despacho: 20.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 55/2014/OP/GI
Nome: Floripes D'Ascensão Costa Jerónimo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Travessa de São Sebastião, lote 33 - B. Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @117/2015
Nome: Octávio Perpétuo do Fundo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Poder Local, lote 2 – B. Tomada da Amoreira
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 279/2015/OP/GI
Nome: José Acácio Antunes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Chafariz, lote 25 – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 469/2015/OP/GI
Nome: Alda Maria Alves Ferreira Figueiredo Ferro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé – Lote 74 – Bº Novo Trígache – Famões
Data de despacho: 21.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 128/2016/OP/GI
Nome: João Rodrigues de Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de janeiro – Lote 52 – Bairro Novo do Trígache - Famões
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 128/2016/OP/GI
Nome: João Rodrigues de Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de janeiro – Lote 52 – Bairro Novo Trígache – Famões
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 313/2017/OP/GI
Nome: Maria Aní Ferreira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Dórdio Gomes, lote 308 – B. Girassol – Ramada
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 7235/OCP
Nome: Carlos Alberto Graça Matos
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Heróis de Chaimite, lote A – Odivelas
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @27/2016
Nome: Joaquim Maria Machado Gancinho
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Maria da Fonte – Lote 154 – Bairro Milharada – Pontinha
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 267/2016/OP/GI
Nome: Hugo Alexandre Carrilho Lourenço
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua do Paleolítico – Lote 11 – Bº Castelo Poente – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 230/2017/OP/GI
Nome: Emília da Silva
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua São José Lote 120 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 231/2017/OP/GI
Nome: Alberto Nunes António
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Elvas – Lote 270 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 215/2017/OP/GI
Nome: Manuel dos Santos
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua do Poço – lote 338 – casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 268/2017/OP/GI
Nome: António Filipe Firmo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua 5 de Outubro – lote 239 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 223/2017/OP/GI
Nome: Virgínia Santos Dias Jerónimo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua General Norton de Matos, lote 492 – Famões
Data de despacho: 22.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 153/2017/IP
Nome: Alexandre Rodrigues da Silva Coelho
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 11 e 17 – Odivelas
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 374/2017/OP/GI
Nome: António Manuel Pereira Mendes
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Maria do Céu, lote 353 – Bairro do Girassol – Ramada
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 53/2015/OP/GI
Nome: Faustino José Esteves
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, n.º 564 – Famões
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 186/2016/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Palmeiras, lote 184 – Famões
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 187/2016/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Palmeiras, lote 184A – Famões
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 181/2017/OP/GI
Nome: José da Graça
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua S. Miguel, n.º 1 – lote 28 – B. Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 181/2017/OP/GI
Nome: José da Graça
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua S. Miguel, n.º 1 – Lote 28 – B. Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 371/2017/IP
Nome: Hélio Manuel Lopes Gomes
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Egas Moniz – Lote 332 – bairro do Girassol – Ramada
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 9187/OP/GI
Nome: Sociedade Construtora Nunes e Irmãos, Lda.
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua da Associação – Lote 27ª – Bº Casal do Bispo – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 25.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 1477/Ant
Nome: Maria Etelvina Sanina de Carvalho
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Antero de Quental, n.º 23 – UF de P.S. Adrião e Olival Basto
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 9399/Ant
Nome: Porto do Conde, SA
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Praceta 1º de Dezembro, n.º 2 – Odivelas
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 14429/OCP/OC
Nome: IPPI – Instituto Português de Pedagogia Infantil
Assunto: Rua Dr. António José de Almeida – UF de P. S. Adrião e Olival Basto
Local: Rua Dr. António José Almeida
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 96/2015/OP/GI
Nome: Julio Pontinha Alves
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Flor do Minho – Lote 11 – Bairro Flor do Minho – Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização



Processo n.º @124/2016
Nome: Circlexclusive Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Olival Lote 94 – B. Casal das Queimadas à Quinta das Dálías - Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 88/2015/OP/GI
Nome: Augusto Martins Lobato
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Mouzinho de Albuquerque, lote 74 – B. Moinho do Baeta - Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 44/2016/OP/GI
Nome: Mónica Isabel Correia Duarte
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Norte, n.º 19 – B. Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @91/2017
Nome: José Manuel da Silva Lourenço
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Eng.º Duarte Pacheco, Lote 974 – Bairro Casal Novo - Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 412/2015/OP
Nome: Joaquim Armando Pires Jorge
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua das Giestas, n.º 7 – Póvoa Stº Adrião
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 52/2016/OP/GI
Nome: Fernando Hipólito Pinto Correia
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua de São Miguel – lote 147 – bairro Moinho do Baeta - Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 15/2017/OP/GI
Nome: José Eugénio Marques
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Estrada Municipal, lote 263 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 115/2016/OP/GI
Nome: Bento Leal de Neiva
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé, lote 80º – Bº Novo Trigache - Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @171/2016
Nome: Dulce Maria Pereira Pinto Rocha
Assunto: Autorização Utilização
Local: Avenida de São Sebastião – lote 117 – Bairro Casal do Rato - Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 94/2015/OP/GI
Nome: Ernesto de Melo Alves de Moura
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Loures, lote 464 – B. Vale Grande - Pontinha
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 294/2017/OP
Nome: António Miguel Marques Simões
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua das Dálías, lote 37 – B. Quinta das Dálías - Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 295/2017/OP
Nome: António Miguel Marques Simões
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua das Dálías, lote 38 – B. Quinta das Dálías – Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 236/2017/OP/GI
Nome: Aníbal Ferreira Pinto
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Flor do Minho, n.º 38 – Lote 4 – Bº Flor do Minho - Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 251/2017/OP
Nome: Carlos José Maços Casacão
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Quinta do Bretão – Lote 4 – Caneças
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 296/2017/OP
Nome: António Miguel Marques Simões
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua das Dálías, lote 39 – B. Quinta das Dálías – Famões
Data de despacho: 28.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @98/2017
Nome: José António Matos Santos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Jaime Cortesão, lote 86 – Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º @34/2015
Nome: Lucinda Oliveira Ribeiro Teixeira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Alecrim, Lote 748 – Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 128/2016/OP/GI
Nome: João Rodrigues de Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 52 – Bairro Novo do Trigache – Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 178/2015/OP/GI
Nome: João Carlos Coelho Gomes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Av. da Liberdade – lote 354 - Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 267/2017/OP/GI
Nome: António Costa Simões
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua da Liberdade, lote 6 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 272/2017/OP/GI
Nome: Serafim Ferreira dos Santos
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 310 – B. Vale Grande - Pontinha
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 163/2017/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Esteves Fernandes
Assunto: Comunicação Prévia de obras de edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua do Oeste, n.º 7 – 7A-7B 7C – Casal do Rato - Pontinha
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 238/2017/OP/GI
Nome: António Francisco Cobaixo Soeiro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Nova n.º 8 – lote 31 – bairro da Carochia – ramada
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 312/2017/OP/GI
Nome: António Eduardo Caseiro Vicente Pimenta
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Principal, lote D74 – B. dos Pedernais – Ramada
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 267/2016/OP/GI
Nome: Hugo Alexandre Carrilho Lourenço
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua do Paleolítico – lote 11 – B. Castelo Poente – Ramada
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @89/2017
Nome: António da Silva Bento
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Portimão, lote 349 – bairro Casal S. Sebastião - Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 286/2015/OP/GI
Nome: António Joaquim de Brito
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua do Alecrim, lote 722 – B. Casal da Silveira – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 30/2016/OP/GI
Nome: Sara Samssudim e Naim Samje Tajdin
Assunto: Acompanhamento de Obra
Local: Rua Padre António Vieira – lote 525 – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 29.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12521, 2017.10.30:

Processo n.º 432/2016/OP/GI
Nome: Emília Borges Vilela
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 73 – Bairro Novo Trigache – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 07.09.2017
Comprovativo n.º 82/2017

Processo n.º 157/2017/OP/GI
Nome: António João Pelica Martinho
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal – Bairro Vale Grande – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 07.09.2017
Comprovativo n.º 83/2017

Processo n.º 158/2017/OP/GI
Nome: José Eusébio Marques
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia



Local: Estrada Municipal, lote 263 – Bº Vale Grande – UF da Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Comprovativo n.º 84/2017

Processo n.º @85/2014
Nome: Joaquim Dionísio Sozinho
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Flor do Minho, lote 46 – Bº Flor do Minho – UF da Ramada e Caneças
Data de emissão: 19.09.2017
Comprovativo n.º 85/2017

Processo n.º @103/2017
Nome: José Cavalheiro Pires
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua da Granja, lote 8 – Bº Granjas Novas – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 20.09.2017
Comprovativo n.º 86/2017

Processo n.º 121/2017/OP/GI
Nome: Constantin Velnita
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 474 – Bairro Vale Grande – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 22.09.2017
Comprovativo n.º 87/2017

Processo n.º 271/2017/OP
Nome: Lismago – Soc. de Construções Lda.
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Quinta da Horta Grande e Cochos, lote 4 – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 27.09.2017
Comprovativo n.º 88/2017

Processo n.º 312/2017/OP/GI
Nome: António Eduardo Caseiro Vicente
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Principal, lote D74 – Bairro dos Pedernais – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 29.09.2017
Comprovativo n.º 89/2017

Processo n.º 313/2017/OP/GI
Nome: Maria Ani Ferreira
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Dórdio Gomes, lote 308 – Bairro do Girassol – UF de Ramada e Caneças
Data de emissão: 29.09.2017
Comprovativo n.º 90/2017

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12539, de 2017.10.30:

Alvarás de Construção

Processo n.º 362/2016/OP/GI
Nome: Adelino Ribeiro Sousa
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Cerca, lote C35 – Bº dos Pedernais – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 01.09.2017
Alvará n.º 158/2017

Processo n.º 201/2017/OP/GI
Nome: António Maria dos Reis
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua São José, lote 109 – Bº Vale Grande – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 01.09.2017
Alvará n.º 159/2017

Processo n.º 361/2016/OP/GI
Nome: Adelino Ribeiro Sousa
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Liberdade, lote C33 – B.º Pedernais – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 01.09.2017
Alvará n.º 160/2017

Processo n.º 279/2017/D/OVP
Nome: Distribuição de Gás Natural
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Largo da República – Odivelas
Data de emissão: 06.09.2017
Alvará n.º 161/2017

Processo n.º 402/2016/OP/GI
Nome: João Aleixo Saraiva
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Raul Proença, Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálias – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 07.09.2017
Alvará n.º 162/2017

Processo n.º 167/2017/OP/GI
Nome: Luís Miguel Nunes dos Santos Henriques
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Correia Garção, n.º 9 – Bairro da Mimosas - Odivelas
Data de emissão: 08.09.2017
Alvará n.º 163/2017

Processo n.º 374/2016/OP/GI
Nome: Agostinho Machado Pinto Meireles
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Alto, lote 225 – Bº Casal do Bispo – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 164/2017



Processo n.º 375/2016/OP/GI
Nome: Mário Ribeiro Simões Almeida
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Chãos Compridos, lote 16 – Bairro Sol Nascente –
UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 165/2017

Processo n.º 307/2016/OP/GI
Nome: Tania Cláudia Pereira Pinto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Vasco Santana, lote 93 – Bairro Quinta da Condessa
– UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 166/2017

Processo n.º 228/2017/D/OVP
Nome: Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua St. André, Rua Reg. De Engenharia1, Rua Stº Eloy,
Rua Cabo
Infante D. Henrique e Av. de São Pedro – UF de Pontinha e
Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 167/2017

Processo n.º 200/2017/OP/GI
Nome: Paulo de Jesus Martins Birra
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Avenida do Vale Grande, lote 145, Bº Vale Grande – UF
de
Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 168/2017

Processo n.º 260/2016/OP
Nome: Nuno Miguel Gonçalves Neto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Azinhaga do Canhamato – Alto dos Sinais – UF Ramada
e Caneças
Data de emissão: 14.09.2017
Alvará n.º 169/2017

Processo n.º 402/2015/OP
Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil,
S.A
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Urb. Quinta do Barruncho, lote 24 – Granja da Paradela –
UF de Póvoa de Stº Adrião e Olival Basto
Data de emissão: 19.09.2017
Alvará n.º 170/2017

Processo n.º 202/2016/OP/GI
Nome: Maria Patrocínia Pinto Marques
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua São Miguel, lote 54 – B.º Casal do Rato – UF de
Pontinha e Famões
Data de emissão: 19.09.2017
Alvará n.º 171/2017

Processo n.º 198/2016/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Viduedo Carvalho
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 1º de janeiro, lote 64 – Bº Novo Trígache – UF de
Pontinha e Famões
Data de emissão: 19.09.2017

Alvará n.º 172/2017

Processo n.º 489/2016/OP/GI
Nome: Mário Rodrigues Grãos
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua D. Dinis, lote A 286, Bairro dos Pedernais
Data de emissão: 19.09.2017
Alvará n.º 173/2017

Processo n.º 166/2017/D/OVP
Nome: NOS – Comunicações SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Almada Negreiros e na Rua José Viana, Caneças
Data de emissão: 20.09.2017
Alvará n.º 174/2017

Processo n.º @-434/2015 – 13432/OP
Nome: Manuel Balas de Matos
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, Ramada
Data de emissão: 22.09.2017
Alvará n.º 175/2017

Processo n.º 210/2016/OP
Nome: Carla Alexandra Carnide Fernandes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Alto da Fonte Santa, Caneças
Data de emissão: 22.09.2017
Alvará n.º 176/2017

Processo n.º 363/2016/OP/GI
Nome: Laurinda Nunes Dias
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Alfredo Dinis, lote 248, Bairro do Girassol
Data de emissão: 22.09.2017
Alvará n.º 177/2017

Processo n.º 142/2016/OP/GI
Nome: Maria de Jesus dos Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Particular, lote 89, Bairro Sete Quintas
Data de emissão: 26.09.2017
Alvará n.º 178/2017

Processo n.º 13/2017/OP
Nome: SOCOREI – Sociedade de Cofragens Rei, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Povo de Timor, lote 9, Torre da Eira
Data de emissão: 27.09.2017
Alvará n.º 179/2017

Processo n.º 194/2017/OP
Nome: Américo Jorge Fernandes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Arroteias, lote 2 A 33, Bairro dos CTT, Caneças
Data de emissão: 27.09.2017
Alvará n.º 180/2017

Processo n.º 327/2017/OP
Nome: RFES – Construções Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Urbanização Jardim da Amoreira, lote 88, Casal da
Carochia
Data de emissão: 29.09.2017
Alvará n.º 181/2017



Processo n.º 141/2017/OP/GI
Nome: Pedro Filipe Gomes Fernandes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Adriano Correia de Oliveira, lote 81, Bairro Trigache Norte
Data de emissão: 29.09.2017
Alvará n.º 182/2017

Alvarás de Utilização

Processo n.º 460/2015/OP/GI
Nome: Manuel Mendonça Ramos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 587 – Bairro Casal da Silveira – UF
Pontinha e Famões
Data de emissão: 01.09.2017
Alvará n.º 126/2017

Processo n.º 243/2016/OP/GI
Nome: João Peres Barata
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Índia, lote 170 – Bairro Moinho do Baeta – UF da Ramada e Caneças
Data de emissão: 01.09.2017
Alvará n.º 127/2017

Processo n.º 456/2015/OP/GI
Nome: Luciano Mendes Vicente
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua António Aleixo, lote 881 – Bairro Casal da Silveira – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 06.09.2017
Alvará n.º 128/2017

Processo n.º 358/2015/OP/GI
Nome: Mário da conceição Mano
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Vieira da Silva, lote 45 – Bairro da Milharada – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 06.09.2017
Alvará n.º 129/2017

Processo n.º 502/2015/OP/GI
Nome: José Dinis de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 588 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 06.09.2017
Alvará n.º 130/2017

Processo n.º 322/2016/OP/GI
Nome: Mário Francisco Mariano
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Oeste, lote 285 – Bairro Casal do Rato – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 06.09.2017
Alvará n.º 131/2017

Processo n.º @275/2015
Nome: Maria Lúcia do Carmo Pinto Rodrigues Vicente
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade da Guarda, lote 553 – Bairro Vale Grande – UF Pontinha e Famões

Data de emissão: 08.09.2017
Alvará n.º 132/2017

Processo n.º @36/2017
Nome: Serafim de Almeida Lourenço
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Machado de Castro, lote 497 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 133/2017

Processo n.º @267/2015
Nome: Lucrecia José Quaresma
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Leiria, lote 492 – Bairro Vale Grande – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 134/2017

Processo n.º @212/2016
Nome: Eduardo Manuel dos Santos Lima
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Vasco Santana, lote 98 – Bairro da Condessa – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 12.09.2017
Alvará n.º 135/2017

Processo n.º @139/2015
Nome: Maria Madalena Antunes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Casal Novo, lote 372 – B.º Casal Novo – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 14.09.2017
Alvará n.º 136/2017

Processo n.º @213/2016
Nome: Paulo António Cardoso
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Estremoz, lote 162 – B.º Casal São Sebastião – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 14.09.2017
Alvará n.º 137/2017

Processo n.º @39/2017
Nome: Aníbal Filipe Teixeira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua das Giestas, lote 52 – B.º Pinhal Verde – UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 14.09.2017
Alvará n.º 138/2017

Processo n.º 14260/CP/OP/GI
Nome: José Pereira Coelho
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Raúl Proença, lote 32 – Bairro das Queimadas à Quinta das Dális – UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 14.09.2017
Alvará n.º 139/2017



Processo n.º @25/2017

Nome: Maria Pessoa Fontoura

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Casal do Abadesso, lote 298 – Bairro Casal Novo – UF Ramada e

Caneças

Data de emissão: 15.09.2017

Alvará n.º 140/2017

Processo n.º @266/2015

Nome: Joaquim Coelho Gomes

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua do Paço Real – Lote 430 – Bairro Casal Novo – UF Ramada e

Caneças

Data de emissão: 19.09.2017

Alvará n.º 141/2017

Processo n.º 255/2015/OP/GI

Nome: Ana Paula Godinho Costa

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua 19 junho, lote 63 – Bairro Sol Nascente UF Pontinha e Famões

Data de emissão: 22.09.2017

Alvará n.º 142/2017

Processo n.º @225/2015

Nome: Filipe Nunes da Silva

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Almada Negreiros, lote 209 – B.º Casal Novo – UF Ramada e

Caneças

Data de emissão: 30.09.2017

Alvará n.º 143/2017

Processo n.º @27/2017

Nome: Jaime Baeta Almeida Matias

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua da Liberdade, lote 2 – Bairro Vale Grande – UF Pontinha e Famões

Data de emissão: 29.09.2017

Alvará n.º 144/2017